



**RQ 195 /2011**  
**REQUERIMENTO Nº**  
**(De Vários Deputados)**

**Assessoria de Plenário e Distribuição**

Ao Setor de Protocolo Legislativo para registro e em seguida, a Assessoria de Plenário para análise de admissão e distribuição, observado o art. 132 do RI.

Em, 14, 02, 11

*Itamar Pinheiro Lima*  
Itamar Pinheiro Lima  
Chefe da Assessoria de Plenário

Requer a instauração de Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar possíveis denúncias de irregularidades, ilegalidades e imoralidades, na SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL, entre 2007 e 2011, nas seguintes áreas: terceirização da gestão do Hospital de Santa Maria pela Real Sociedade Espanhola Beneficencia; contratação de reprografia; superfaturamento na aquisição de medicamentos; demora na nomeação dos concursados; infecção hospitalar e utilização de leitos de UTI das unidades particulares, que teriam causado vultosos prejuízos ao Erário Público.

Setor Protocolo Legislativo

RQ Nº 195 / 2011

Folha Nº 10

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL:**

Os Deputados Distritais que subscrevem este Requerimento nos termos do § 3º, do art.68, da Lei Orgânica do Distrito Federal e arts. 72, 73 e 74, ambos do Regimento Interno desta Casa, requerem a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito

ASSESSORIA DE PLENÁRIO  
Recebi em 9, 2, 11 às 17:50  
*Celina*  
Assinatura 11928  
Matricule

*Handwritten signatures and scribbles in blue ink on the left side of the page.*

*Handwritten signatures and scribbles in blue ink at the bottom of the page.*



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DA DEPUTADA DISTRIITAL CELINA LEÃO

para investigar possíveis denúncias de irregularidades, ilegalidades e imoralidades, na SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL, entre 2007 e 2011, nas seguintes áreas: terceirização da gestão do Hospital de Santa Maria pela Real Sociedade Espanhola Beneficencia; contratação de reprografia; superfaturamento na aquisição de medicamentos; demora na nomeação dos concursados; infecção hospitalar e utilização de leitos de UTI das unidades particulares, que teriam causado vultosos prejuízos ao Erário Público, conforme vasta divulgação pelos meios de comunicação local.

O prazo de duração das investigações será de 180 (cento e oitenta) dias, devendo ser composta por 5 (cinco) membros.

Requerem estrutura física e administrativa para o desempenho dos trabalhos de investigação, bem como a requisição, em caráter transitório, sem ônus para a Casa, de um Membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, bem como de 02 (dois) técnicos do Tribunal de Contas do DF e de funcionários de qualquer Órgão ou Entidade da Administração Pública direta ou indireta e fundacional do DF, podendo inclusive, solicitar a cessão, nas mesmas condições, de servidores dos Poderes Federais, necessários à execução dos Trabalhos.

Requeremos, por fim, a tramitação em regime de URGÊNCIA desta proposição.

Setor Protocolo Legislativo

RD Nº 195 / 2011

Folha Nº 20

JUSTIFICAÇÃO

É de conhecimento o Decreto Executivo nº 32.713, de 1º de janeiro de 2011, que “declara estado de emergência no âmbito da Saúde pública do Distrito Federal e dá outras providências” frente à notória deficiência na estrutura das unidades de saúde



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DA DEPUTADA DISTRIITAL CELINA LEÃO

da rede básica, a ausência de conservação, reformas e ampliação, desabastecimento de remédios e insumos na rede.

Quanto ao contrato firmado entre a Secretaria de Saúde e a Real Sociedade Espanhola Beneficencia, fomos surpreendidos com a intervenção e desintervenção daquela unidade hospitalar, onde se pretendia contratar, de forma temporária, profissionais por currículo, conforme o Edital nº 3 de 13 de janeiro de 2001. Fato este que foi levado ao conhecimento do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, fazendo com que a Secretaria de Saúde recuasse das contratações.

Quanto às denúncias de que houve manipulação na execução dos contratos de reprografia entre a empresa Uni-Repro Soluções LTDA, em 06 de dezembro de 2009, o Correio Braziliense denunciou "a autorização de pagamentos de impressões de folderes e cartazes sem ter a demanda atendida". Inclusive esta empresa foi alvo de investigação da operação "CAIXA DE PANDORA".

Após auditoria, ocorrida em junho daquele ano, ficaram constatadas as irregularidades, entretanto, não se teve conhecimento das punições legais aplicadas aos envolvidos.

Somente para exemplificar, o contrato assinado no final do ano de 2007 era de 1,1 milhões, entretanto, os valores no ano de 2008 chegaram à expressão de 12,2 milhões. O aumento inexplicável dos valores pactuados, por si só, não merecia ter sido arquivado após auditoria interna.

Setor Protocolo Legislativo

RD Nº 195 / 2011

Folha Nº 30

Outro ponto que tem chegado ao conhecimento desta Casa de Fiscalização é a falta de cronograma proposital, feito por alguns gestores públicos, para que fossem adquiridos medicamentos de forma emergencial e sem processo licitatório, o que tem, no decorrer dos anos, aumentado consideravelmente os gastos públicos.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DA DEPUTADA DISTRIAL CELINA LEÃO

Esta prática merece ser investigada, vez que, somente este ano os Diários Oficiais do DF tem veiculado que a Secretaria de Saúde tem realizado diversas compras sem licitação, frente ao Estado de Emergência em que se encontra o DF, o que, tem acendido a luz para continuarmos investigando um possível ressurgimento destas práticas de irregularidades.

Outro ponto a ser investigado é a carência de profissionais da área da saúde, seja pela não contratação dos diversos concursados, seja pela falta de cronograma para reposição dos diversos quadros.

Esta carência resultou nos últimos anos em um deficit que varia de 1,5 mil a 2 mil profissionais de acordo com o Secretário de Saúde do DF, entretanto, a mídia tem divulgado que este déficit pode chegar a 10 mil servidores.

Quanto a escassez de vagas em Unidades de Terapia Intensiva (UTI) nos Hospitais públicos do Distrito Federal, a Secretaria de Saúde tem utilizado hospitais privados para suprir esta carência.

Os dados da Secretaria de Saúde nos revelam que o poder público possui apenas 183 leitos de UTI para atender a toda população do DF, frente aos 467 leitos privados. Entretanto, negociatas milionárias tem sido denunciadas a cada dia, como é o caso de uma Clínica no Lago Sul que em 2009 recebeu 9 milhões dos cofres públicos distritais.

Setor Protocolo Legislativo

RO Nº 195 / 2011

Folha Nº 40

Diante de vários pagamentos já efetuados a imprensa tem divulgado que o DF possui uma dívida de mais de 60 milhões com diversos estabelecimentos hospitalares privados.

Diante do exposto, é que contamos com apoio dos Nobres Pares para a aprovação do requerimento ora apresentado.

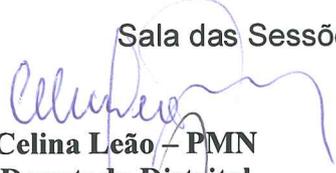


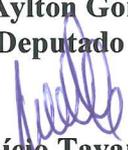
**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DA DEPUTADA DISTRITAL CELINA LEÃO**

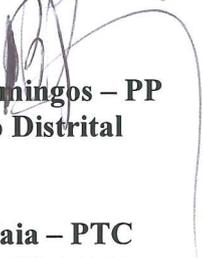
---

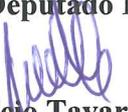
Sala das Sessões em,

de 2011.

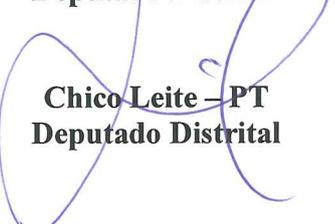
  
**Celina Leão – PMN  
Deputada Distrital**

  
**Aylton Gomes – PR  
Deputado Distrital**

  
**Benedito Domingos – PP  
Deputado Distrital**

  
**Benício Tavares – PMDB  
Deputado Distrital**

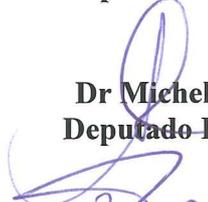
**Agaciel Maia – PTC  
Deputado Distrital**

  
**Chico Leite – PT  
Deputado Distrital**

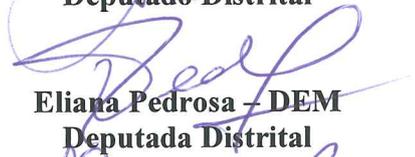
  
**Chico Vigilante – PT  
Deputado Distrital**

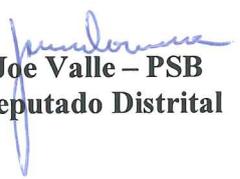
**Cláudio Abrantes – PPS  
Deputado Distrital**

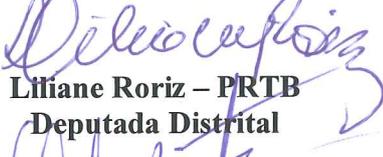
**Cristiano Araújo – PTB  
Deputado Distrital**

  
**Dr Michel – PSL  
Deputado Distrital**

**Evandro Garla – PR  
Deputado Distrital**

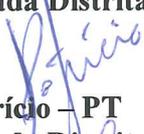
  
**Eliana Pedrosa – DEM  
Deputada Distrital**

  
**Joe Valle – PSB  
Deputado Distrital**

  
**Liliâne Roriz – PRTB  
Deputada Distrital**

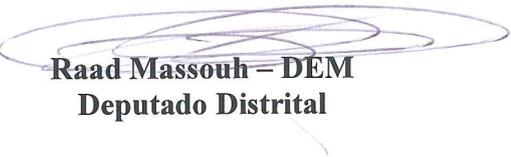
**Luzia de Paula – PPS  
Deputada Distrital**

  
**Olair Francisco – PtdoB  
Deputado Distrital**

  
**Patrício – PT  
Deputado Distrital**

**Prof. Israel Batista – PDT  
Deputado Distrital**

  
**Rejane Pitanga – PT  
Deputada Distrital**

  
**Raad Massouh – DEM  
Deputado Distrital**

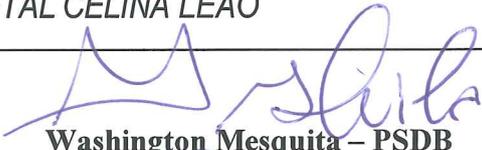


CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DA DEPUTADA DISTRITAL CELINA LEÃO

---

  
**Rôney Nemer – PMDB**  
**Deputado Distrital**

**Wasny de Roure – PT**  
**Deputado Distrital**

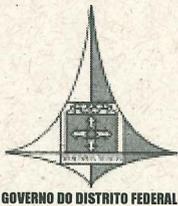
  
**Washington Mesquita – PSDB**  
**Deputado Distrital**

  
**Wellington Luiz – PSC**  
**Deputado Distrital**

  
  
Setor Protocolo Legislativo

RO Nº 195 / 2011

Folha Nº 6



# DIÁRIO OFICIAL

## DO DISTRITO FEDERAL

ANO XLIII - EDIÇÃO ESPECIAL

BRASÍLIA - DF, SÁBADO, 1 DE JANEIRO DE 2011

PREÇO R\$ 3,00

### SUMÁRIO

Atos do Poder Executivo .....

| SEÇÃO I | SEÇÃO II | SEÇÃO III |
|---------|----------|-----------|
| PÁG.    | PÁG.     | PÁG.      |
| 1       | 7        |           |

### SEÇÃO I

#### ATOS DO PODER EXECUTIVO

##### DECRETO Nº 32.713, DE 1º DE JANEIRO DE 2011.

Declara estado de emergência no âmbito da saúde pública do Distrito Federal, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 100, XXV, e 202 da Lei Orgânica do Distrito Federal e tendo em vista o constante no art. 5º, XXV, da Constituição Federal e;

Considerando o dever constitucional do Poder Público em garantir à população o atendimento à saúde;

Considerando ser direito do cidadão e dever do Estado garantir a prestação de assistência à saúde de forma integral e permanente à sua população, em conformidade com os arts. 204 e 205 da Lei Orgânica do Distrito Federal;

Considerando a notória deficiência na estrutura das unidades de saúde da rede básica, a ausência de conservação, reformas e ampliação, requerendo a necessidade premente de obras emergenciais; Considerando a deficiência das ações e serviços de saúde no Distrito Federal, a situação dramática a que se chegou, com a ausência de planejamento e gestão, ocasionando frequentes desabastecimentos de remédios e insumos na rede, em especial órteses e próteses, e o notório prejuízo no atendimento na rede hospitalar e nas unidades do serviço de saúde, com grave risco para a própria preservação da vida humana;

Considerando a carência de leitos de unidade de tratamento intensivo no Distrito Federal e a recente crise nessa área com os hospitais privados;

Considerando os relatórios e diagnósticos produzidos pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal, Tribunal de Contas da União, Controladoria-Geral da União, Corregedoria-Geral do Distrito Federal e Equipe de Transição de Governo do Distrito Federal, formalizados em processo administrativo;

Considerando, por fim, que tal conjuntura impõe ao Governo do Distrito Federal a adoção de medidas urgentes e especiais, DECRETA:

Art. 1º Fica declarada situação de emergência no âmbito da saúde pública do Distrito Federal.

Art. 2º Durante a vigência do presente Decreto fica instituído o Gabinete de Crise, coordenado diretamente pelo Governador do Distrito Federal e integrado pelas Secretarias de Estado de Saúde, de Governo, de Obras, de Fazenda e de Transparência e Controle do Distrito Federal.

Art. 3º A Administração Pública, para a consecução do presente Decreto, obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e também ao seguinte:

I - para atendimento aos serviços necessários da rede hospitalar pública ficam à disposição da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal todos os bens, serviços e servidores da Administração Pública direta ou indireta;

II - a consecução do interesse público e da Administração de que trata o inciso I deste artigo será determinada por ato próprio e em caráter excepcional pelo Chefe do Poder Executivo;

III - a Central de Compras do Governo do Distrito Federal dará prioridade aos procedimentos licitatórios associados à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal;

IV - o Secretário de Estado de Saúde adotará as medidas legais para efetivar o pleno abastecimento da rede de saúde pública do Distrito Federal, em especial de órteses e próteses, com vistas ao restabelecimento da normalidade no atendimento, observado o disposto na Lei nº 8.666/1993;

V - todos os contratos de bens e serviços, assim como todas as ações de governo realizadas em razão deste Decreto, deverão ser noticiados no Portal da Transparência do Governo do Distrito Federal;

VI - todos os procedimentos administrativos serão executados em estrita observância aos dispositivos legais pertinentes, em especial a Lei nº 8.666/1993 e Lei nº 8.080/1990;

VII - paralelamente às ações emergenciais executadas na forma deste Decreto, devem ser adotados durante a vigência todos os procedimentos licitatórios regulares e concursos públicos necessários para garantir a continuidade do pleno abastecimento dos insumos e serviços na rede pública de saúde ao término da situação excepcional.

Art. 4º Durante a vigência deste Decreto deverá ser apresentado um plano de reestruturação da saúde pública no Distrito Federal, com um novo modelo de gestão e reestruturação de carreiras.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 1º de janeiro de 2011.

123º da República e 51º de Brasília

AGNELO DOS SANTOS QUEIROZ FILHO

##### DECRETO Nº 32.714, DE 1º DE JANEIRO DE 2011.

Determina o adiamento de procedimentos licitatórios.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições, especialmente as previstas na Lei Orgânica do Distrito Federal, art. 100, IV e X, DECRETA:

Art. 1º Ficam adiados, por cinco dias úteis, todos os procedimentos licitatórios em andamento na administração direta e indireta do Distrito Federal.

Art. 2º A Central de Compras e Licitações deve informar, até o dia 4 de janeiro de 2010, a cada órgão ou entidade da Administração Pública a relação de procedimentos licitatórios de interesse de suas áreas de competência e atuação em andamento, detalhando o objeto, a modalidade e o valor estimado.

Art. 3º Compete aos Secretários de Estado ou ao titular do órgão ou entidade a avaliação e deliberação sobre a continuidade dos procedimentos licitatórios, devendo informar a Decisão à Central de Compras e Licitações.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 1º de janeiro de 2011.

123º da República e 51º de Brasília

AGNELO DOS SANTOS QUEIROZ FILHO

##### DECRETO Nº 32.715, DE 1º DE JANEIRO DE 2011.

Exonera titulares de Cargos Comissionados e de Funções de Confiança e dá outras providências. O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições, especialmente as previstas na Lei Orgânica do Distrito Federal, art. 100, VII, DECRETA:

Art. 1º Ficam exonerados os servidores ocupantes de qualquer Cargo de Natureza Especial ou Cargo em Comissão, bem como dispensados das funções de confiança, nomeados até o dia 31 de dezembro de 2010, as estruturas administrativas de qualquer órgão da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal, incluídos os órgãos relativamente autônomos.

§1º Excetua-se do disposto neste artigo os titulares dos cargos:

I - da Coordenadoria do Diário Oficial;

II - da Procuradoria-Geral do Distrito Federal;

III - decorrentes de mandato;

IV - que, na data da publicação do presente Decreto, estejam em gozo de licença-maternidade, auxílio-doença ou licença para tratar da própria saúde.

§2º Findas as licenças ou auxílios de que trata o inciso VII do parágrafo anterior, fica a servidora ou servidor automaticamente exonerado.

§3º A exoneração de que trata este artigo não exclui a responsabilidade de passar aos novos titulares a carga patrimonial e a situação em que a unidade se encontra.

Art. 2º Os titulares dos órgãos de que trata o art. 1º devem providenciar o registro do presente Decreto nos assentamentos funcionais dos servidores alcançados pelo presente Decreto.

Parágrafo único. Os servidores exonerados na forma do art. 1º que tenham vínculo efetivo com a Administração Pública ficam automaticamente devolvidos ao órgão de origem.

Art. 3º As funções de diretor, gerente, coordenador, chefe ou equiparado das unidades administrativas serão exercidas pelo respectivo substituto formalmente designado, até a nomeação de novo titular.

Parágrafo único. Na hipótese de ausência de substituto, a função de que trata este artigo será assumida pelo servidor do quadro de provimento efetivo com mais tempo de serviço na unidade administrativa, entre aqueles de cargo para o qual se exige maior escolaridade.

Art. 4º Ficam destituídos de suas funções todos os membros de conselho representantes do Governo do Distrito Federal, providenciando-se a respectiva anotação nos respectivos assentamentos funcionais.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 1º de janeiro de 2011.

123º da República e 51º de Brasília

AGNELO DOS SANTOS QUEIROZ FILHO

Setor Protocolo Legislativo  
RQ Nº 195, 2011  
Folha Nº 70

## Ex-secretário de Saúde, Augusto Carvalho fala sobre as denúncias de Durval

Juliana Boechat

Publicação: 06/12/2009 08:20 Atualização:

O deputado distrital Augusto Carvalho (PPS), ex-secretário de Saúde, negou envolvimento no esquema de desvio de dinheiro instalado na Secretaria de Saúde, divulgado ontem pelo Correio. Ele alega que, quando assumiu o cargo de secretário, o contrato entre o GDF e a empresa paulista Uni-Repro Soluções para Documentos Ltda. estava em andamento. Citado em conversas entre o ex-secretário de Relações Institucionais Durval Barbosa e o chefe da Casa Civil do DF afastado, José Geraldo Maciel, Carvalho chama Durval de "chantagista profissional".

Em entrevista ao Correio, o ex-secretário de Saúde alega que antes mesmo de a Operação Caixa de Pandora, da Polícia Federal, ser deflagrada, ele havia autorizado a abertura de auditorias para investigar os gastos da secretaria com serviços de reprografia. Segundo ele, um funcionário chamado Rui — ele não soube dizer o sobrenome — autorizava o pagamento de impressões de folders e cartazes, sem ter a demanda atendida. A primeira auditoria identificou um sobrepreço de R\$ 568 mil em junho último.

"Nunca falei com ele, nunca pedi para ninguém buscar dinheiro com ele. Tenho orgulho de dizer que sou um estorvo nos interesses que ele estava operando", afirmou Carvalho. No diálogo entre Durval e Maciel, Carvalho é acusado de "esculhambar" o contrato entre o GDF e a Uni-Repro. Um documento no inquérito do Superior Tribunal de Justiça mostra que, em 2007, a Secretaria de Saúde pagou para a empresa R\$ 1,1 milhão. No ano seguinte, a quantia subiu para R\$ 12,1 milhões. E, este ano, o valor chegava a R\$ 12,2 milhões.

### "Quero o fim desse pesadelo"

Como deputado distrital, o senhor criticou o contrato entre a Secretaria de Saúde e a Uni-Repro. Como secretário, por que não quebrou o contrato?

Na administração pública, tudo que está feito e você chega dando corte, tem que dar satisfação. Temos cerca de mil máquinas espalhadas pela rede inteira. Se eu chuto o pau da barraca e falo "não quero mais" — bem que eu queria fazer isso —, há consequências com a desestruturação do serviço. Procurei ver alternativas que resultassem em menor custo. Então, me espelhei na ata de registro de preços do Comando do Exército. A ideia era abaixar os custos.

### Por que o valor dos serviços aumenta de R\$ 1,1 milhão, em 2007, para R\$ 12,2 milhões, em 2008?

O contrato foi assinado no fim de 2007, em novembro ou dezembro. Deve ter sido referente a uma fatura de um mês. Ao longo dos oito meses seguintes, as despesas totalizaram R\$ 12 milhões. Então, não saltou em um superfaturamento absurdo. Quando entrei, em agosto do ano passado, o contrato estava em curso, tinha prazo de um ano e poderia ser renovado por até cinco anos. Em razão dessas críticas (que fez ainda como deputado distrital), eu pensava: "Esses valores não devem estar compatíveis". Por isso, a primeira iniciativa foi fazer pesquisas no país inteiro para encontrar condições mais favoráveis de pagamento.

### Como funciona o contrato da secretaria com a Uni-Repro?

Esse contrato descreve os valores dos produtos a serem contratados. Temos mais de mil máquinas espalhadas na rede de saúde do DF. A produtividade determina o valor da xerox: varia de R\$ 0,07 a R\$ 0,19. Uma máquina tem capacidade de fazer 10 mil cópias, por exemplo. Se ela opera a uma capacidade razoável para o porte da máquina, o preço cobrado será de R\$ 0,07 a cópia. Se opera em baixa capacidade, a cópia salta para R\$ 0,19. O preço também varia em relação ao trabalho.

### Por que se gasta tanto com reprografia na Secretaria de Saúde?

No contrato estão previstos, além do serviço de reprografia — que representa 20% do total —, outros serviços, como impressão de folders, panfletos, banners, faixas, cartazes, que representam 80%. A empresa licitada mantém as máquinas, dá cartuxo, papel, operador. E, com isso, não temos preocupação. Se não tivesse a empresa, teria que contratar a gráfica a cada demanda.

### O que o senhor criticava nesse contrato quando era deputado distrital?

Questionava o valor. A secretaria foi avançando em diversas áreas. E ficou como se eu tivesse pago esta diferença. Administrar 30 mil servidores, processos intermináveis, permanente pressão do Tribunal de Contas é difícil. Em junho, notamos que alguns postos de saúde estavam com demanda inexplicável para o tamanho deles e outros menores chegavam a gastar R\$ 100 mil por mês. Criamos a auditoria que comprovou as irregularidades. E confirmamos: estava sendo realizado pagamento mais elevado por produtos e que não eram entregues. Só na fatura de junho foram identificados R\$ 568 mil a mais que o normal.

### Não existia nenhum controle dentro da Secretaria de Saúde para contabilizar a demanda e o valor pago?

O gestor do contrato recebe a demanda de todos os postos de saúde e autoriza a empresa a fazer os pré-impressos. A empresa pega o pré-impresso, no caso autorizado pelo Rui, e entrega no posto de saúde de Sobradinho, por exemplo. Mas aí acontece que o posto de saúde pede mil cópias e ele autoriza. A empresa faz as mil cópias, mas cobra por 10 mil cópias. Quando percebi isso, suspendi o pagamento. Então, não paguei mais nada à empresa. Mas as contas de julho, agosto e setembro foram mandadas para a secretaria. O resultado da auditoria que eu havia pedido deve ser enviado ao Tribunal de Contas para tomada de contas especiais e poderá converter a empresa em inidônia para a contratação pela administração pública. Quero o fim desse pesadelo o mais rápido possível. Tem a minha biografia contra a dele (Durval Barbosa). Ele se escora nessas afirmações para destruir a minha imagem.

### Como está o sistema de reprografia hoje, já que a secretaria não paga mais pelos serviços? Algum projeto ficou prejudicado?

Centralizamos a parte de pré-impresso, que passa pelo gerente-geral da Secretaria de Saúde. Depois de análise criteriosa, autoriza ou não. Nomeamos um novo executor, o José Guilherme, que se reporta ao Paulo Borges. Então, aquela triangulação entre Uni-Repro, Rui e postos de saúde acabou. Enfim, centralizamos o que estava frouxo. Foi destruído um sonho. Alguns projetos foram prejudicados, mas os técnicos continuam trabalhando para manter o atendimento aos usuários da saúde.

### Saiba mais...

PF vai investigar origem do esquema no governo Roriz

Ocupantes da Câmara dão início a shows em prol da resistência



Setor Protocolo Legislativo

RR Nº 195 / 2011

Folha Nº 80



notícias » brasil » brasil

## Presidente do PPS-DF citado em mensalão já foi condenado

07 de dezembro de 2009 • 18h00 • atualizado às 18h02

O presidente regional do PPS do Distrito Federal e ex-secretário adjunto de Saúde Fernando Antunes já foi condenado em primeira instância pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJDF) a devolver R\$ 200 mil ao condomínio no qual foi síndico por quatro anos (1998-2002). Ele é acusado de, juntamente com o ex-secretário de Saúde e deputado federal Augusto Carvalho (PPS), cobrar propina da empresa Uni Repro Soluções Tecnológicas, detentora de um contrato de prestação de serviços que em apenas dois anos elevou os gastos da secretaria com serviços gráficos de R\$ 235 mil (2006) para mais de R\$ 14,8 milhões (2008).

Assim como o próprio contrato com a empresa paulista, que, apesar de condenado pela Procuradoria-Geral do Distrito Federal (PGDF), está em vigor desde 2007, só depois que a PF deflagrou a Operação Caixa de Pandora fatos controversos sobre Antunes começaram a vir à tona.

No inquérito, Antunes é citado durante uma conversa entre Durval Barbosa e o ex-secretário de Saúde e ex-chefe da Casa Civil José Geraldo Maciel, outro alvo da operação da PF.

Durante o processo relativo ao condomínio, o juiz Fabrício Fontoura Bezerra se convenceu de que, segundo as provas periciais, "as contas apresentadas por Antunes contém várias irregularidades que, juntas, somam a quantia de R\$ 200.384,70".

Procurado para comentar a ligação de Antunes com a organização não governamental Transparência Brasil, da qual ele é membro fundador, o diretor executivo da ong, Cláudio Abramo, afirmou que Antunes e a União Nacional dos Analistas e Técnicos de Finanças e Controle (Unacon) deixaram de ser sócios da entidade assim que o ex-secretário passou a integrar o governo do Distrito Federal, em 2007.

"O desligamento do Fernando e da Unacon não tem nada que ver com quaisquer denúncias. Ele era do nosso conselho e, pelas regras da Transparência Brasil, os associados não podem pertencer a órgãos de Estado", afirmou Abramo. "Do ponto de vista institucional, não temos nada a declarar, mas do ponto de vista pessoal é lógico que eu estou desapontado com o possível envolvimento de uma pessoa que fez parte da organização nestes fatos."

Já a Controladoria-Geral da União (CGU), da qual ele é servidor cedido ao GDF, informou que as denúncias estão sendo examinadas pela assessoria jurídica do órgão para, se for o caso, instaurar processo administrativo contra Antunes.

Os deputados Augusto Carvalho e Roberto Freire negam ter participado ou se beneficiado do esquema denunciado por Durval Barbosa e dizem que buscarão reparação judicial.

Freire promete protocolar nesta quarta-feira uma ação judicial contra a diretora comercial da Uni Repro, Nerci Soares Bussamra, gravada em outro vídeo acusando Freire de ser o beneficiário da propina paga por sua empresa.

Agência Brasil

### links relacionados

- OAB-DF apela e manifestantes dizem que resistem em ocupação  
<http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0,,OI4144295-EI7896,00-OABDF+apela+e+manifestantes+dizem+que+resistem+em+ocupacao.html>
- Siga o Terra no Twitter  
<http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0,,OI4049809-EI306,00-Siga+o+Terra+no+Twitter.html>

Leia esta notícia em:

Terra - Brasil

<http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0,,OI4144465-EI7896,00-Presidente+do+PPSDF+citado+em+mensalao+ja+foi+condenado.html>

Setor Protocolo Legislativo

R00 Nº 195/2011

Folha Nº 90

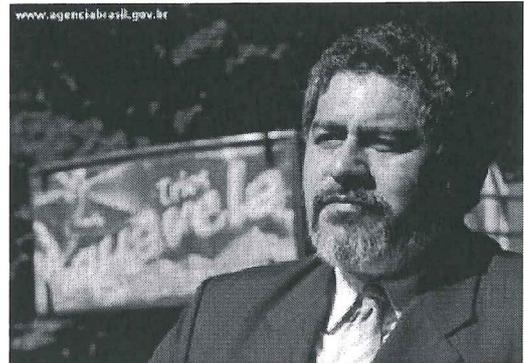


18/01/2010

**CGU investiga servidor citado em esquema de corrupção no DF***Milton Júnior**Do Contas Abertas*

Acusado de participar do suposto esquema de propina no alto escalão do Governo do Distrito Federal (GDF), o ex-presidente do PPS do DF e ex-secretário-adjunto de Saúde da gestão José Roberto Arruda, Fernando Antunes (foto), será agora alvo da Controladoria-Geral da União (CGU). Antunes é analista de finanças e controle da CGU cedido ao GDF e após as denúncias que o envolveram no governo local, a Controladoria decidiu constituir uma Comissão de Sindicância Investigativa para apurar “atos e fatos” objeto de processo administrativo instaurado contra o servidor.

Para formar a comissão que examina as acusações contra o servidor, foram designados um procurador federal, um auditor fiscal da Receita Federal e um membro de carreira da própria CGU. A sindicância teve como origem as informações contidas no inquérito da Polícia Federal, conhecido como “Operação Caixa de Pandora”, e também em notícias veiculadas na imprensa. Segundo a assessoria da CGU, é praxe preservar as informações sobre as tarefas da sindicância para garantir o bom resultado dos trabalhos, que devem ser concluídos até o próximo dia 30, se não houver prorrogação do prazo.



Antunes, que estaria se beneficiando do esquema corrupto junto com o ex-secretário de Saúde Augusto Carvalho (PPS), disse que recebeu as notícias com surpresa e negou qualquer participação nas denúncias feitas pelo ex-secretário de Relações Institucionais, Durval Barbosa, responsável pelos vídeos. “É público e notório que o denunciante sempre teve grande influência em todas as secretarias. Mas não conseguiu manter essa influência no âmbito da Secretaria de Saúde. Não há outro motivo que o teria motivado a fazer essas denúncias”, disse em entrevista exclusiva ao **Contas Abertas**. [Clique aqui e confira a entrevista na íntegra.](#)

No inquérito, o ex-presidente regional do PPS é citado durante uma conversa entre Durval Barbosa e o ex-secretário de Saúde e ex-chefe da Casa Civil José Geraldo Maciel, outro alvo da operação da PF. Durante o diálogo gravado por Barbosa, os dois mencionam que parte do dinheiro arrecadado por Antunes e pelo deputado Augusto Carvalho servia para “ajudar” o presidente nacional do PPS, o ex-deputado federal Roberto Freire.

O servidor da CGU também é presidente licenciado da Unacon – União Nacional dos Analistas e Técnicos de Finanças e Controle. Em outra situação, Antunes foi condenado em primeira instância pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJDF) a devolver R\$ 200 mil ao condomínio no qual foi síndico por quatro anos (1998-2002). Durante o processo, o juiz Fabrício Fontoura Bezerra se convenceu de que, segundo as provas periciais, “as contas apresentadas por Antunes contêm várias irregularidades”. Antunes recorreu da decisão e aguarda o julgamento do recurso.

Acompanhe o [Contas Abertas](#) no Twitter.

Setor Protocolo Legislativo

RR Nº 195 / 2011

Folha Nº 10

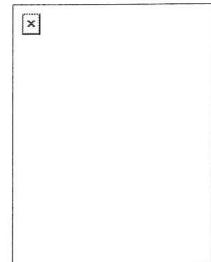
## De alvo de denúncia do PT, ex-secretário de Saúde de Arruda, Augusto Carvalho vira correligionário do PT

Publicado em 26/06/2010 por Brasília por Chico Sant'Anna



Em 8 de outubro de 2009, há menos de nove meses, portanto, a bancada do PT protocolou na Câmara Legislativa uma denúncia contra o secretário de Saúde, Augusto Carvalho, para que fosse instaurado na Casa um processo por crime de responsabilidade. O motivo era a negativa de

resposta de dois requerimentos de informação feitos ao secretário, uma em março e outra em maio daquele ano.



Augusto Carvalho foi um permanente alvo das investidas petistas em relação à qualidade, ou à falta dela, da saúde pública do DF.

Nove meses depois, Augusto Carvalho e o PT fecundam uma coligação para as próximas eleições. Que Augusto Carvalho queira se coligar ao PT é compreensível, pois com a derrocada de seu último parceiro político, José Roberto Arruda, Augusto não teria como conquistar apenas com o seu micro PPS os votos necessários para eleger um deputado federal. Algo estimado em 100 mil votos. Augusto não pode correr para os braços de Roriz, onde foi parar o PSDB de Maria Abadia, até porque Roriz não está simpático aos deserddados do Arruda.

O DEM, a quem ele se coligou nas últimas eleições está isolado depois do escândalo do DEMSALÃO. Assim, só sobrou o PT. Pragmaticamente, para não desaparecer politicamente, Augusto Carvalho passou a ver com melhores olhos o partido do “sapo barbudo”, como dizia Leonel Brizola. Agora o PPS-DF e Augusto não vêem dificuldade em deglutir esta coligação.

A pergunta que não quer calar é por que o PT, que há nove meses ameaçava mandar prender o então secretário de Saúde do DF, agora o recebe em braços abertos. Quem estava errado lá atrás, o PT ou Augusto Carvalho? Quem está errado agora, o PT ou Augusto Carvalho? E passada as eleições, Augusto Carvalho vai continuar a conviver com o PT ou vai reassumir seu discurso historicamente contrário ao Partido dos Trabalhadores.

Augusto Carvalho é bancário, presidiu o sindicato da categoria no passado. Geraldo Magela, fundador do PT, também. Os dois disputarão uma vaga à Câmara Federal. Esta seria mais uma iniciativa para prejudicar a candidatura Magela? Depois de lhe tirarem a legenda de governador, de senador, agora as forças ocultas do PT querem minar a vitória de Magela pra Câmara Federal?

A vida de Magela vai se complicando cada vez mais e os neopetistas vão dando uma conformatação ao PT e seus coligados nesta eleições que nem Machiavel pensaria. Resta saber se o eleitor vai compreender como farinhas tão diferentes, como Tadeu Filippelli, o PMDB da Eurides Brito, o PPS do Augusto Carvalho, foram parar no mesmo saco de Erica Kokai, Chico Leite, Geraldo Magela dentre outros do PT, e Cristovam Buarque e Rodrigo Rollemberg. Será que todos seguem a máxima “na vida política vale tudo”?

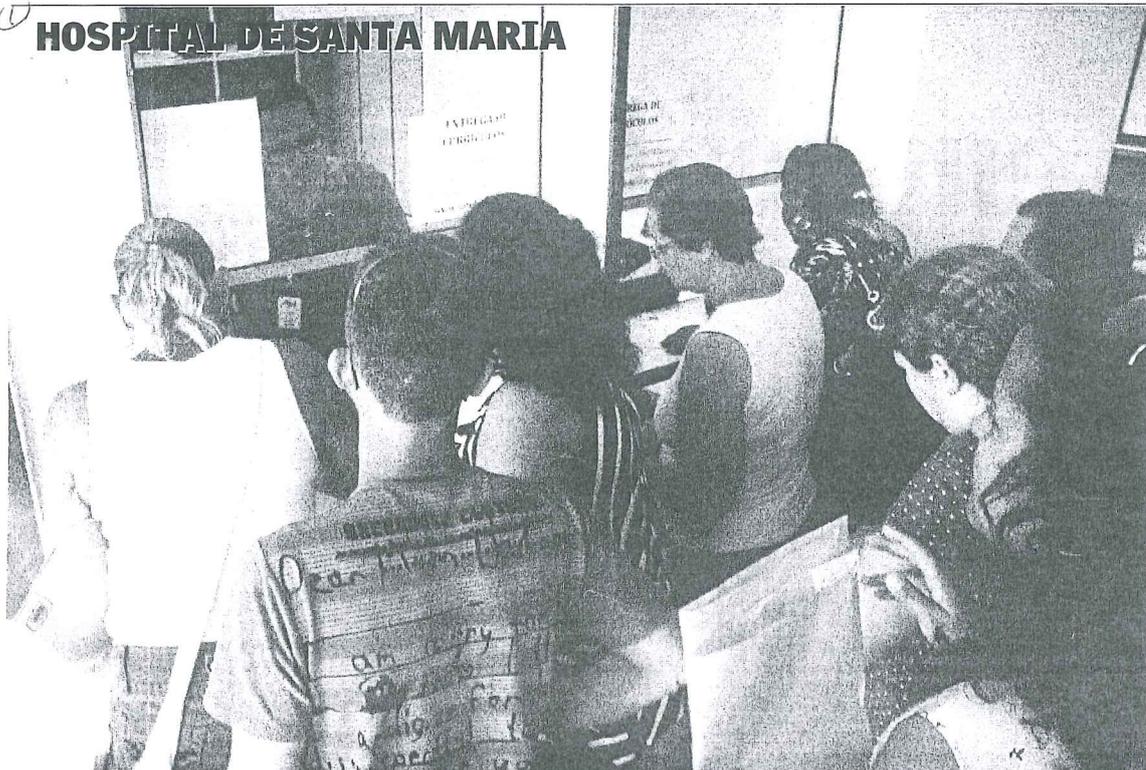
Setor Protocolo Legislativo

*RO* Nº 195 / 2011

Folha Nº 110

PEDRO LADEIRA

## HOSPITAL DE SANTA MARIA



Várias pessoas procuraram ontem o HRSM para entregar currículos, candidatando-se às vagas que serão abertas esta semana

## Internação preocupa

Segundo o vice-presidente da Associação de Funcionários do HRSM, Ricardo Carvalho, a falta de prorrogação de contrato com os funcionários é preocupante. Segundo ele, os médicos não assinarão prorrogação de contrato enquanto não receberem os direitos trabalhistas. E a preocupação dos funcionários é com os pacientes internados, que ficarão sem o atendimento.

O vice-presidente conta que a maioria dos funcionários está desmotivada. "Todo mundo já está correndo atrás de outro emprego", informa. Para ele, isto pode ser notado na tabela de produtividade do hospital. Em julho de 2010 o atendimento gerou custo de R\$ 2,5 milhões ao SUS. E, segundo Ricardo, em novembro de 2010, a produtividade foi para R\$ 1,5 milhão. "Caiu consideravelmente. O HRSM é a segunda maior arrecadação do DF. Ou seja, a rede não tem capacidade de absorver os pacientes daqui."

Outro problema encontrado, conforme o vice-presidente, é que todos os contratos com os fornecedores da unidade hospitalar são feitos por meio da Real Sociedade e também terminarão amanhã. "Não fizeram nenhum tipo de contrato com os fornecedores. No sábado tudo vai acabar, incluindo a alimentação e a segurança."

De acordo com Ricardo Carvalho, o problema também está na UTI, que ainda não conta com uma empresa contratada para tocar o serviço. "Já tem uma carência no DF de leitos de UTI, imagina se tirar 30%", questiona. Ricardo explica que com o fim do contrato com a Real Sociedade, a prestação de serviços de coleta de lixo, lavanderia, call center, marcação de consultas, entre outros também acabará e não acredita que haja tempo, até amanhã, de fazer novos contratos. "Tem toda uma burocracia interna que impede resolver tudo em dois dias", diz.

### PROIBIÇÃO

Ricardo Carvalho lembra que até mesmo os contratos de emergência demandam tempo para ser feitos, pois é preciso cotação de preços e parecer da coordenação jurídica da Secretaria de Saúde. Ele lembra que o Ministério Público do DF proibiu a contratação de funcionários de atividades meio (alimentação, segurança etc) por medida emergencial. Uma funcionária do HRSM, que preferiu não se identificar, lembrou que a marcação de consultas de toda a unidade hospitalar vai parar no sábado. E o problema, segundo ela, é que o serviço só é feito por telefone. "Segunda-feira vai ser um caos na emergência", antecipa. Outra funcionária afirmou que o pronto-atendimento já está sofrendo com a falta de médicos na internação do hospital.

# Atendimento em risco

**Governo busca saída para o fim do contrato, amanhã, com a Real Sociedade**

Índira Efel

indira.efel@jornaldebrasil.com.br

Um dos maiores hospitais da rede pública de saúde do Distrito Federal corre o risco de parar o atendimento à população. Responsável por 30% das UTIs e pelo atendimento de mil pessoas por dia, o Hospital Regional de Santa Maria deixa de contar amanhã com os funcionários da Real Sociedade Espanhola de Beneficência, que encerrará o contrato com a Secretaria de Saúde nesta data. Assim, a unidade ficará com quadro reduzido e sem fornecedores. O atendimento na UTI e serviços, como alimentação hospitalar e limpeza, não serão mais realizados.

O secretário de Saúde, Rafael Barbosa, e outros integrantes do governo estiveram reunidos ontem para discutir uma saída, mas nada havia sido decidido até o fechamento desta edição. A informação, porém, é que o hospital não vai parar de funcionar. O promotor de Justiça de Defesa da Saúde Moacyr Rey Filho, responsável pela situação do HRSM,

### SAIBA +

**A intervenção no Hospital Regional de Santa Maria foi anunciada no dia 10 de novembro pelo então governador do DF, Rogério Rosso.**

A medida foi tomada em

conjunto com o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Ministério Público do Trabalho e Ministério Público de Contas.

**No início de dezembro, foram chamados para o**

**HRSM 1.443 funcionários do cadastro reserva da Secretaria de Saúde para tomar posse e começar a trabalhar no hospital. Entretanto, apenas 880 assumiram a função.**

está, segundo a Assessoria de Imprensa do Ministério Público, participando das reuniões com o GDF.

As internações no hospital, porém, já estão restritas. E, de acordo com o diretor-geral do HRSM, Elton Luiz Berça, o pouco tempo para o período de transição é o maior problema enfrentado.

"O hospital, praticamente, vai fechar as portas. A gente vai entrar em um caos", resume o vice-presidente da Associação de Funcionários do HRSM, Ricardo Carvalho.

Elton Berça explica que é preciso no mínimo duas semanas para que o HRSM tenha o atendimento normalizado. De acordo com ele, a falta de tempo para a transição é o pior problema. "Todo o atendimento está comprometido." Segundo ele, são inúmeras as dificuldades para viabilizar a transição.

Um dos problemas, de acordo com o diretor, está na decisão ju-

dicial, que é baseada na Lei 8.745, vedando a contratação de servidores. Para ele, seria necessário flexibilizar essa norma. "Nós estamos fazendo de tudo para que o hospital não pare e consiga atender pelo menos os pacientes internados". O HRSM registra uma média de 14 internações por dia. Segundo o diretor, o hospital está com 300 pessoas internadas e a área está restrita.

### PLANOS

De acordo com Elton, existem vários planos para que os pacientes não fiquem sem atendimento a partir de sábado. Ele conta que está sendo estudada a liberação de horas extras para servidores da rede pública de saúde.

Quanto aos contratos com os fornecedores, já foi passada uma lista à Secretaria de Saúde, solicitando os serviços. O diretor adianta que existem 45 contratos indispensáveis para o

funcionamento do HRSM. Os direitos trabalhistas, de acordo com Elton, serão pagos até amanhã. E todos os funcionários receberam o aviso prévio, por meio de um comunicado interno, na semana passada.

O prazo para a entrega de currículos de pessoas interessadas em atuar no HRSM já encerrou. De acordo com o diretor, foram recebidos cem currículos de médicos, que serão analisados pelo Recursos Humanos da Secretaria de Saúde. Elton também afirmou que será dada preferência para os funcionários da Real Sociedade.

Conforme o advogado da Real Sociedade Espanhola, Renato Sampaio, a entidade não tem interesse em prorrogar o contrato. Entretanto, afirma que, se for necessário para que o atendimento à saúde da população não pare, a Real Sociedade prorrogará. "Unicamente por esse motivo", destacou.

Setor Protocolo Legislativo

ROR Nº 195 / 2011

Folha Nº 120

SANTA MARIA

# Hospital pode parar amanhã

Com o fim do contrato, faltarão médicos na instituição

JEAN MARCIO SOARES

O Hospital Regional de Santa Maria (HRSM) corre o risco de fechar as portas nos próximos dias. Segundo informações da Associação dos Funcionários da Real Sociedade Espanhola, empresa que administra o HRSM, o contrato com empresa termina amanhã e, portanto, os médicos e enfermeiros contratados pela Instituição serão dispensados, assim como o pessoal de outras áreas.



Contrato com empresa que administra o HRSM vence amanhã. Pacientes reclamam da demora

Diante das informações sobre o vencimento do contrato, alguns médicos e enfermeiros pediram demissão, e o pronto-socorro passou a operar com o número reduzido de profissionais. A assessoria de comunicação do hospital informou que os pacientes que necessitarem de emergência em ortopedia cirúrgica, clínica pediátrica e obstétrica serão encaminhados para outras unidades de saúde, até que a situação seja normalizada.

Durante todo o dia de ontem, as pessoas que foram até o hospital tiveram que esperar muito tempo para conseguir atendimento. Paulo Francisco chegou à emergência às 11h. Às 15h ele ainda não havia sido atendido. "Desde ontem que estou sentindo muito mal-estar e dor de cabeça, não consegui sequer dormir direito. Acabei vindo ao hospital para ser atendido, mas até agora nada foi resolvido", disse o rapaz.

Lúcia Soares levou a filha para fazer exames, e depois de cinco horas de espera ainda não havia recebido o resultado. "Minha filha está com suspeita de crise de rins ou apendicite, espero que eles deem logo o resultado para que sejam feitos outros procedimentos", contou. Genilson Vilarindo saiu de Céu Azul, em Valparaíso (GO), para fazer uma consulta de oftalmologia, mas foi informado de que o hospital não tem médico para atendê-lo. "Isso é uma

vergonha, um hospital novo como esse, com todo esse problema", criticou.

## BEBÊ MORRE

Caso mais grave aconteceu com a mulher de João Xavier da Silva, morador da Cidade Ocidental (GO). A gestante deu entrada às 23h do último dia 15, prestes a dar luz. Mesmo com fortes dores, a mulher só foi atendida às 2h e, ainda assim, o enfermeiro pediu para que ela aguardasse por mais uma hora. Depois de toda a demora, veio a triste notícia: o bebê havia falecido na barriga da mãe.

Para Xavier, a morte da criança se deu por causa da longa espera no hospital. "Se

os médicos tivessem atendido minha esposa antes, com certeza isso não teria acontecido", destacou. Se não bastasse o sofrimento de perder o filho, até o fechamento desta edição, o corpo da criança não havia sido liberado. Segundo Xavier, a direção do hospital teria dito que só será possível liberar o corpo depois que for feita a autópsia. Na tarde de ontem, Xavier entrou com uma ação na Justiça para que o corpo fosse liberado. Ao pai, o hospital alegou que não tem profissionais para fazer a autópsia.

## CONTRATOS

Considerando o evidente risco de paralisação do HRSM, ontem, a Secretaria de Saúde

autorizou a contratação temporária de servidores para o hospital, por período de seis meses, exceto para os cargos de técnico de enfermagem, auxiliar de farmácia, cirurgião-geral e ortopedista, que terão contratos de apenas dois meses. Tempo necessário para que os aprovados em concurso tomem posse para o cargo efetivo.

Serão 190 vagas para técnicos de enfermagem, 60 para fisioterapeuta, 60 para auxiliar de farmácia, duas para terapeutas, 150 para enfermeiro, 15 para nutricionista, 10 para técnico de hemoterapia e quatro para operador de cadeiras.

## MÉDICOS

Os médicos anestesistas contratados pela Real Sociedade Espanhola que prestam serviço para o HRSM se mobilizaram para não receber os currículos que estão sendo entregues no hospital, enquanto a Secretaria de Saúde do DF não entrar em um acordo com a categoria.

Cerca de 150 médicos serão demitidos. O total de médicos que tomaram posse no último concurso, no dia 13 de dezembro passado, foi de 120, ou seja, o número de médicos que sairão do hospital será maior do que os que entraram.

A reportagem procurou Elton Luiz Berça, diretor-geral do Hospital Regional de Santa Maria, para explicar as denúncias. Porém, ele não quis falar. A assessoria de imprensa do hospital informou que, conforme ocorrerem as demissões dos médicos, outros serão contratados para substituir quem estiver saindo.

Setor Protocolo Legislativo

Nº 195/2011

Folha Nº 130

CELINA E CRISTOVAM

# Parlamentares discutem a educação

O senador Cristovam Buarque (PDT) e a deputada distrital Celina Leão (PMN), se encontraram, na manhã de ontem, para conversar sobre a educação do Distrito Federal. O professor e ex-ministro da Educação, segundo a distrital, ficou ressentido ao não receber convite do então governador eleito, Agnelo Queiroz (PT), durante o período de transição

ção. "É uma pena o governador ter deixado o senador Cristovam Buarque de fora dos estudos. Com a experiência dele, o GDF teria evitado tantos erros que cometeu nos primeiros dias e contado com uma pessoa que realmente entende do assunto", declarou a deputada.

O encontro durou quase uma hora. A parlamentar queixou-se das exonerções dos di-

colas do DF, motivo que levou a procuradora-geral de Justiça em exercício, Zenaide Souto Martins, ajuizar, na semana passada, ação direta de inconstitucionalidade contra o artigo 2.º da Lei distrital 4.524, de 13 de dezembro de 2010. A lei disciplina regras sobre a contratação de professores temporários, mas ganhou uma emenda que suspenderia os efeitos da Lei

processo de eleições para os cargos de direção nas escolas públicas. Celina esteve no Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) e também na Secretaria de Educação para questionar as exonerações. Dois dias depois, a própria secretaria comunicou, por meio de nota, que reconduziria os diretores e vices aos seus cargos.

Ainda no encontro, a depu-

lhe encaminhará, por escrito, todas as discussões acerca da educação no DF. "Ele está acompanhando tudo, mesmo não participando do governo, e me comprometi com ele que, da minha parte, ele terá participação no debate sobre o tema", enfatizou Celina. Até junho, o governo deverá encaminhar à Câmara Legislativa do Distrito Federal um novo

**Circunscrição :1 - BRASILIA**  
**Processo :2010.01.1.146185-8**  
**Vara : 118 - OITAVA VARA DE FAZENDA PUBLICA**

**MANDADO DE INTIMAÇÃO**

Processo nº 2010.01.1.146185-8  
Ação: OBRIGACAO DE FAZER  
Autor(a)(es): DISTRITO FEDERAL  
Réu(é)(s): REAL SOCIEDADE ESPANHOLA BENEFICENCIA e INTENSICARE GESTAO DE SAUDE LTDA

O Doutor DONIZETI APARECIDO DA SILVA,  
Juiz de Direito da 8ª Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal,  
na forma da lei,

MANDA ao Oficial de Justiça a quem este for distribuído, que, em seu cumprimento, INTIME REAL SOCIEDADE ESPANHOLA BENEFICENCIA, na pessoa de seu representante legal, com endereço sito à EQ 217/218, 317/318, LOTE E, HOSPITAL REGIONAL DE SANTA MARIA, SANTA MARIA - DF, conforme decisão adiante transcrita:

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA: "(...) Forte nas razões expendidas e demais fundamentos das decisões precedentes, bem como em vista do interesse público reclamado na hipótese vertente, não resta alternativa diversa da autorização para determinar a continuidade da prestação dos serviços pela REAL SOCIEDADE, exclusivamente pelo período de transição, ora estipulado de 90 (noventa) dias, no máximo e em caráter excepcional, com escopo exclusivo de permitir a manutenção daqueles contratos de prestação de serviços ainda não transferidos, bem como dos profissionais indispensáveis à manutenção das atividades aos serviços, cujas substituições restaram impossibilitadas. Autorização esta sujeita à atuação do Interventor nomeado e supervisão do MPDFT. Ficam as partes obrigadas à apresentação de Plano de Retomada, em 10 (dez) dias, para gradativa substituição dos profissionais e contratação emergencial dos serviços pendentes, enquanto sejam realizadas as licitações. A REAL SOCIEDADE fica obrigada à manutenção dos serviços considerados imprescindíveis, com direito aos repasses dos recursos nos moldes avençados, submetidos ao prévio crivo do Interventor e MPDFT, por sinal com sinalização favorável daquela, segundo informações nos autos. Ainda, defiro pedido para estender a decisão precedente, a fim de possibilitar a contratação temporária de outros profissionais, e não apenas o da REAL SOCIEDADE, de modo particularizado os fisioterapeutas aprovados em concurso público, mas ainda indisponibilizados os cargos, diante da necessária aprovação legal; ainda, a contratação dos servidores da SES, temporariamente, para que, sempre prejuízo da carga horária que já cumprem em outros nosocômios, possam completar a sua carga de trabalho, até o limite constitucional de 60 horas, com os contratos temporários firmados segundo a Lei n. 8.745/93. Por último, no respeitante à questionada faixa salarial proposta para os servidores contratados temporariamente, é noticiada a observância do artigo 7º da Lei n. 8.745/1993, cujo valor remuneratório seguiu o teto vencimental da SES, acrescidas das vantagens pagas a todos os servidores de saúde, a fim de equipará-la aos valores praticados pela Real e pelo mercado de trabalho local. No caso, a Administração está jungida aos princípios norteadores da prática dos seus atos, em especial o da legalidade, dentre outros não menos relevantes insculpidos no artigo 37 da CF. Mantidos os parâmetros, não vislumbro ilegalidade, mas, de qualquer modo, o MPDFT acompanhar os procedimentos. Intimem-se, a fim de propiciar imediato cumprimento desta decisão, pois caso requer urgência. Brasília - DF, quinta-feira, 20/01/2011 às 18h22. Donizeti Aparecido da Silva Juiz de Direito."

CIENTIFICANDO o(a) intimando(a) de que estes Juízo e Cartório funcionam no endereço ao final indicado.

Eu, ELIANE DAIZ DE OLIVEIRA, Diretora de Secretaria, conferi o presente, sob minha responsabilidade foi certificada nos autos a sua expedição e o subscrevo e assino por ordem da MM Juiz de Direito.

Brasília-DF, 20 de janeiro de 2011.

Setor Protocolo Legislativo

RR Nº 195 / 2011  
Folha Nº 140

Sede do Juízo:

Praça do Buriti, Palácio da Justiça, Bloco B, 9º andar, Ala C, Sala C-934, Brasília-DF, CEP: 70094-900.

**Circunscrição :1 - BRASILIA**  
**Processo :2010.01.1.146185-8**  
**Vara : 118 - OITAVA VARA DE FAZENDA PUBLICA**

## DECISÃO

Por intermédio da decisão interlocutória de fls. 691/704, em decorrência das peculiaridades da matéria em questão e da intervenção do DISTRITO FEDERAL no contrato de gestão firmado com a REAL SOCIEDADE ESPANHOLA BENEFICÊNCIA, este magistrado, em caráter de excepcionalidade, autorizou a contratação da INTENSICARE GESTÃO DE SAÚDE LTDA. para continuidade dos serviços prestados, enquanto se aguarda adoção dos procedimentos imprescindíveis tendentes à assunção das atividades da UTI do HRSM, mesmo ciente das restrições legais de regência.

Agora, torna o DISTRITO FEDERAL, em petição de fls. 739/741, com postulação no sentido de obter autorização judicial para a contratação dos empregados da Real Sociedade, cuja substituição restar impossibilitada por carência de pessoal e indisponibilidade de candidatos aprovados em concurso, até realização de novo certame público, com prazo máximo a findar em final de setembro do ano vindouro; ou, alternativamente, adoção da solução jurídica preconizada para a questão da UTI.

Ora, como anteriormente delineado, a Administração se vê jungida aos princípios insculpidos no artigo 37 da CF, mormente o da legalidade. Por via reflexa, a nomeação e provimento de cargos públicos estão submetidos, primeiramente, à existência do cargo, criado por lei; em segundo momento, à prévia submissão do candidato a concurso público.

Em outra vertente, o inciso IX do mencionado perceptivo propicia exceção para "contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público", estabelecida por lei. De seu turno, a Lei n. 8.745, de 9-12-1993, artigo 2º, inciso II, com redação dada pela Lei n. 12.314, de 2010, considera necessidade temporária de excepcional interesse público a assistência a emergência em saúde pública. Mais adiante, o § 1º do artigo 3º permite a dispensa de processo seletivo. Já o inciso I do artigo 4º do mesmo diploma estatui o prazo máximo de 6 (seis) meses para a excepcional contratação temporária.

Nesse contexto, adoto mesmos fundamentos expendidos na decisão de fl. 691/704 para autorizar o DISTRITO FEDERAL a contratar, em regime temporário, os empregados da Real Sociedade, cuja substituição restar impossibilitada pelos motivos já explanados, até realização de concurso público, com prazo máximo limitado a 6 (seis) meses, em quantitativos estritamente necessários para a continuidade da atividade-fim do hospital, sujeitos ao crivo do MPDFT, em vista aos termos do Ofício Conjunto nº 12/2010 - SEC/2ª PROSUS/MPC/DF.

Intimem-se e dê-se ciência ao MPDFT.

Brasília - DF, sexta-feira, 17/12/2010 às 18h47.

Setor Protocolo Legislativo

AR Nº 195 / 2011

Folha Nº 15

**Processo Incluído em pauta : 07/01/2011**



# Cidades

## + política e economia no DF

TESOURA OFICIAL

Governador Agnelo Queiroz (foto) confirma que contingenciamento de verbas no orçamento de 2011 será ampliado em 49% e cortes somarão R\$ 1,7 bilhão.

18/11/11



Bruno Peres/CF/DA Press

VOLTAS ÀS AULAS

Na hora de comprar o material escolar, é possível economizar até 90% em determinados itens. Vanessa Guimarães (foto) poupou R\$ 300 na lista para as três filhas.

18/11/11



Zuleia de Souza/CF/DA Press

Brasília, quinta-feira, 20 de janeiro de 2011 • CORREIO BRAZILIENSE • 31

Editor: Marcelo Tokarski  
marcelotokarski@daur.com.br  
Tels.: 3214-1119 • 3214-1180  
Fax: 3214-1185  
cidades.dfe@daur.com.br

IPVA

Ministério Público recomenda ao GDF que seja feita auditoria nas tabelas de valores dos carros usados e exige pressão para evitar possíveis cobranças abusivas.

18/11/11

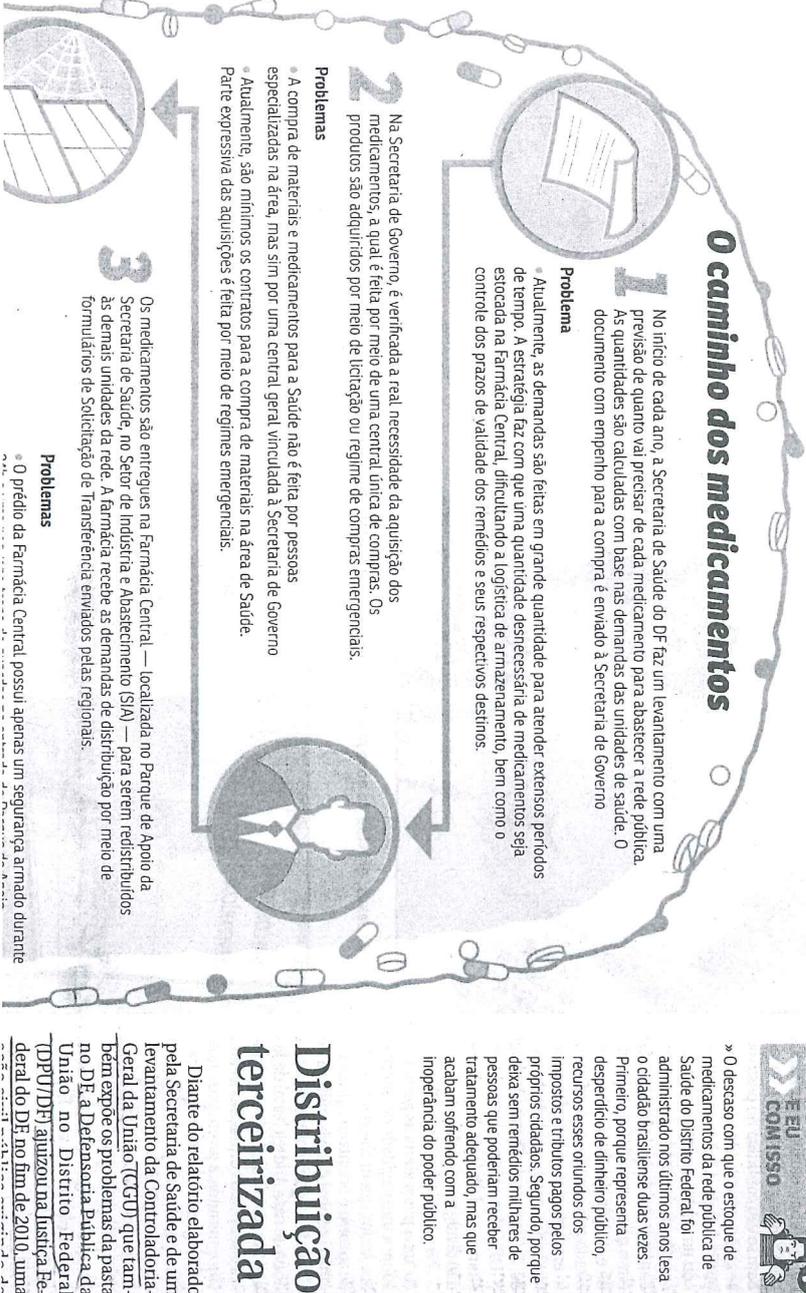
**NOVO GOVERNO /** Relatório inédito elaborado pela própria Secretaria de Saúde mostra o total descontrolado do estoque de remédios comprados para a rede pública. Prazo de validade e distribuição dos itens para os hospitais não são monitorados

# Desperdício milionário

» NOELLE OLIVEIRA

Um patrimônio de R\$ 70 milhões em medicamentos é tratado com descaso na Farmácia Central da Secretaria de Saúde do Distrito Federal. No local é movimentado quase R\$ 1,8 milhão por dia — entre os remédios que chegam e que deixam os estoques em direção às unidades de Saúde —, apenas um segurança e o responsável pela vigilância dos produtos. Não existem câmeras de monitoramento, nem controle eficiente para a entrada e saída de servidores, visitantes e fornecedores. Nem mesmo a validade dos remédios é monitorada para evitar que os insumos estraguem. Os medicamentos são estococados perto de escadas, em áreas de circulação ou temperaturas inadequadas, somando prejuízo diário não calculado aos cofres públicos.

Os problemas estão detalhados em documento obtido com exclusividade pelo Correio. O relatório foi elaborado pela própria Secretaria de Saúde em 2009. Para alertar a gestão da época sobre os problemas enfrentados pela Farmácia Central da rede, localizada no Parque de Apoio da Secretaria de Saúde, no Setor de Indústrias e Abastecimento (SIA). O diagnóstico apresenta detalhes do funcionamento da farmácia e do mau uso do dinheiro público. Apesar disso, as gestões anteriores ignoraram o problema, que ficou de herança para o novo governo. "A situação que encontramos lá na semana passada é a mesma mostrada por esse documento. Está tudo



Diante do relatório elaborado pela Secretaria de Saúde e de um levantamento da Controladoria-Geral da União (CGU) que também expõe os problemas da pasta no DF, a Defensoria Pública da União no Distrito Federal (DPU/DF) ajuizou na Justiça Federal do DF, no fim de 2010, uma

mática e do mau uso do dinheiro público. Apesar disso, as gestões anteriores ignoraram o problema, que ficou de herança para o novo governo. "A situação que encontramos lá na semana passada é a mesma mostrada por esse documento. Está tudo igual, nada mudou", afirma o atual secretário de Saúde do DF, Rafael Aguiar Barbosa.

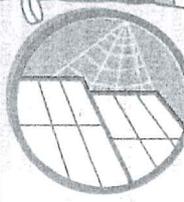
**Além do prédio da Farmácia Central, os medicamentos que abastecem a rede são armazenados em outros oito locais de apoio dentro do parque da secretaria. Os cerca de 70 servidores que trabalham no armazenamento não são suficientes para a demanda. Diante disso, integrantes do serviço terceirizado de limpeza auxiliam nas atividades de organização dos insumos, que incluem remédios de alto custo e psicotrópicos. Se a falta de especialização da mão de obra assusta, com as condições de trabalho e situação não é diferente. Os servidores que atuam nas câmaras frias de medicamentos vestem egasalhos rasgados e que não são lavados periodicamente. Já os funcionários da área refrigerada para laboratório nem sequer possuem casacos.**

**Prazos ignorados**

O controle do prazo de validade dos medicamentos é outra grave falha apontada pelo relatório. O documento mostra que a Farmácia Central não possui sistema informatizado para acompanhar os materiais e seus respectivos lotes. Assim, a entrada dos produtos é registrada por meio de uma guia, preenchida manualmente, o que possibilita erros. Já a saída ocorre sem qualquer controle. Assim, remédios com prazo de validade mais longo são repassados a unidades da rede antes de outros, que estão próximos da data de vencimento. Devido às condições precárias de acomodação dos produtos, o documento sustenta que não há como atestar a excelência dos medicamentos entregues ao pacientes. "Não há mais condições de garantir a qualidade de inúmeros produtos, uma vez que muitos deles foram estocados em locais junto a banheiros com vazamento e janelas danificadas", diz o texto.

Mesmo armazenando remédios cuja uma unidade chega a custar R\$ 700, a segurança da Farmácia Central nunca foi reforçada. Enquanto um único vigia armado cuida do portão que dá acesso ao local do estoque, uma pequena tropa de guardas se localiza na entrada do Parque de Apoio, identificando os visitantes. Nos demais locais de armazenamento, a segurança é feita por cadeados nas portas. O vigia é responsável por acompanhar o trabalho dos servidores, além dos 20 visitantes diários, na maioria fornecedores e servidores das regionais de Saúde. Sem alarmes, antifurto, ou qualquer câmera de segurança, fornecedores se dirigem a setores diversos sem anúncio prévio. Além disso, não há seguro do prédio ou de proteção às mercadorias em estoque na Farmácia Central.

Secretaria de Saúde, no Setor de Indústria e Abastecimento (SIA) — para serem redistribuídos as demais unidades da rede. A Farmácia recebe as demandas de distribuição por meio de formulários de Solicitação de Transferência enviados pelas regionais.



Carlos Moura/CS/OA/Press



**Problemas**

- O prédio da Farmácia Central possui apenas um segurança armado durante 24h e uma pequena tropa de guardas na entrada do Parque de Apoio.
- Não existe sistema de monitoramento eletrônico e nem controle eficiente de entrada e saída de servidores, visitantes e fornecedores.
- Não há funcionários suficientes para fazer a conferência técnica dos materiais recebidos. Assim, medicamentos ficam dias à espera de técnicos para serem liberados.
- Os medicamentos não são armazenados adequadamente. Alguns dos produtos são guardados sob altas temperaturas e em locais úmidos.
- O acesso aos estoques é difícil, impossibilitando qualquer tentativa de contagem dos medicamentos.
- Não existe um seguro predial ou de proteção das mercadorias em estoque na Farmácia Central.
- A área dos estoques apresenta gabinetes na fiação elétrica, telefônica e de rede de computadores.

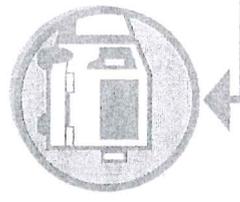
**4** Os pacientes recebem os medicamentos nos atendimentos hospitalares, nos centros de saúde ou nas farmácias da rede.

**Problema**

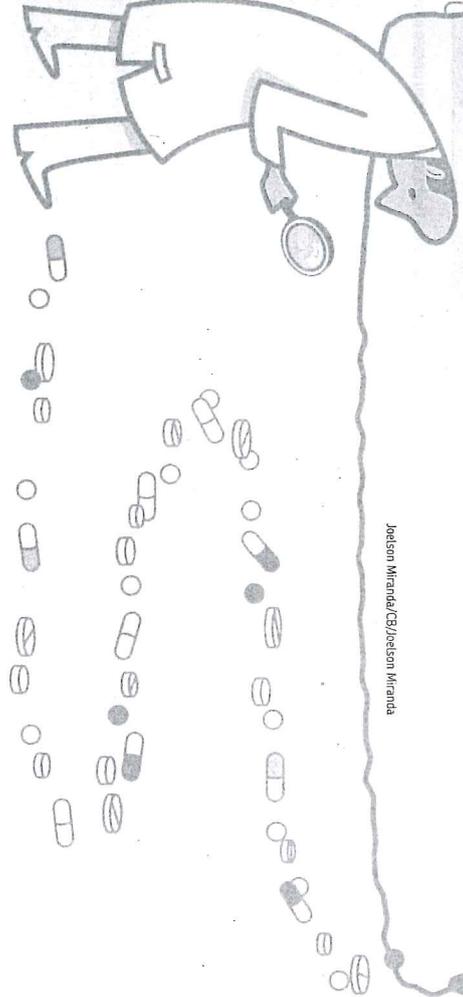
• O número de caminhões é insuficiente para atender toda a rede e alguns são inadequados para o transporte de produtos, uma vez que não possuem controle de temperatura. Muitos dos medicamentos são transportados amontoados em veículos utilitários antigos e também em carros de passeio da Secretaria de Saúde.

**Radiografia**

- O estoque de medicamentos armazenados na Farmácia Central gira em torno de **R\$ 70 milhões**.
- Diariamente, são recebidos o equivalente a **R\$ 900 mil** em mercadorias.
- Os medicamentos são armazenados no prédio da Farmácia Central e em mais oito locais distritos.
- Vinte e cinco servidores com idade superior a 49 anos são os responsáveis pela organização do estoque e pelo carregamento das caixas. São ao todo 80 servidores na farmácia.
- Cerca de 70 servidores trabalham no estoque da Farmácia Central por dia. No local, também circulam 20 visitantes diários, a maioria fornecedores e servidores de outras regionais.
- Nos três andares do prédio da Farmácia Central existem apenas 9 prateleiras para armazenagem de medicamentos funcionando.
- Outras três estão danificadas e sem contrato de manutenção.
- O prédio da Farmácia Central possui três andares e um subsolo, com área aproximada de 4 mil metros quadrados e volume de cerca de 13 mil metros cúbicos.
- São realizadas, por dia, uma média de 59 solicitações de medicamentos pelas regionais à Farmácia Central. Há, ainda, cerca de 30 centros de custo que realizam solicitações, uma média de duas por dia para cada um deles.
- São cerca de 2,9 mil itens padronizados armazenados na Farmácia Central.



Jaelson Miranda/CS/Jaelson Miranda



Setor Protocolo Legislativo  
 RQ Nº 195 / 2011  
 Folha Nº 18

Veria na urna, (voto) que...  
 têm expõe os problemas da pasta no DF, a Defensoria Pública da União, no Distrito Federal (DPU/DF) aguçou na Justiça Federal do DF, no fim de 2010, uma ação civil pública exigindo do CDF a estruturação do sistema de armazenamento dos medicamentos da rede. De acordo com o defensor público Ricardo Salazar, responsável pela ação, a atual estrutura da Farmácia Central desrespeita as normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e do Ministério da Saúde. A Defensoria requer a condenação do DF para que se contrate uma empresa especializada para realizar o serviço de logística dos medicamentos. Também é solicitado que a Vigilância Sanitária inspecione todos os locais de armazenamento de remédios e interdite os considerados irregulares. "Pedimos a contratação da empresa privada, mas também estamos requerendo que seja desenvolvido um plano de investimento para a construção de uma Central Única de Abastecimento no DF nos próximos dois anos. Todo esse processo será acompanhado de perto pela Defensoria", explica Salazar. A expectativa da DPU é que até o fim de janeiro a Justiça já tenha se posicionado quanto à ação.

Na semana passada, o secretário de Saúde, Rafael Barbosa, anunciou que o edital para a contratação de uma empresa privada que se responsabilize pela logística de distribuição de medicamentos no DF já está em andamento. A previsão é de que o documento seja lançado nos próximos 30 dias. "A saída agora é licitar e fazer os ajustes necessários. Se depois disso tivermos capacidade estrutural para retomarmos essa responsabilidade, poderemos fazê-lo", explicou Rafael.

A iniciativa foi vista positivamente pela Defensoria Pública. "Percebemos que o governo atual quer se antecipar a decisão judicial. Isso é bom. O que pretendemos é garantir a continuidade dos serviços e ao mesmo tempo fazer isso com qualidade", destaca Ricardo Salazar. Após visitar a Farmácia Central na última quinta-feira, o secretário de Saúde afirmou que, seguindo as exigências dos órgãos de Saúde, o ideal seria interditar o local de armazenamento. "Mas, se fizermos, o caos na rede será o dobro", afirmou (NO)

NOVO GOVERNO

# Deficit de servidores na Saúde

A rede pública tem um rombo de até 2 mil profissionais, que precisam ser contratados por concurso. GDF anuncia pacote de obras para o Hran

» NOELLE OLIVEIRA

A rede pública de Saúde do Distrito Federal trabalha com um déficit que varia de 1,5 mil a 2 mil profissionais. Os números, divulgados pelo secretário de Saúde do DF, Rafael Aguiar Barbosa, durante visita ao Hospital Regional da Asa Norte (Hran) ao lado do governador Agnelo Queiroz (PT), representam a quantidade de funcionários que serão contratados no próximo concurso da pasta. O prazo do governo local para o lançamento da seleção é o início do próximo mês. Mas é preciso que os trabalhos na Câmara Legislativa (CLDF) sejam retomados, em 1º de fevereiro. Isso porque o quadro de profissionais da secretaria está completo. Para reverter a situação, a Casa terá de aprovar um projeto de lei prevendo a expansão do número de vagas disponíveis para servidores na Secretaria de Saúde do DF. Atualmente, só podem ser admitidos médicos e cirurgiões-dentistas.

O edital está pronto, mas os quadros da secretaria estão completos, não podemos contratar. Quando a Câmara Legislativa voltar, vai ter um pacote da Saúde para analisar. Aprovando, o edital será lançado e contemplará todas as áreas de trabalhadores da saúde", afirmou o secretário. A fim de driblar a restrição de número de vagas, médicos de **centro especializado** e enfermeiros interessados em trabalhar nas Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) foram autorizados a aumentar a carga de trabalho em 20 horas, desde que não supere o

**Jornada extra**

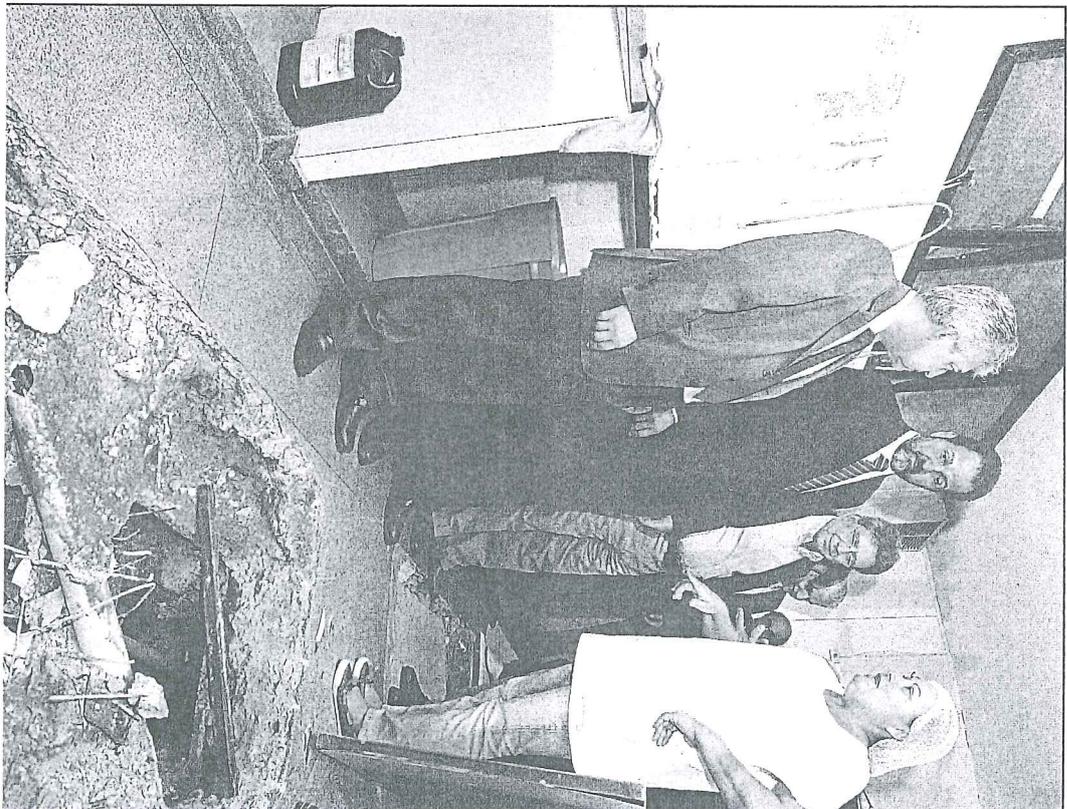
Pediatras, cirurgiões-gerais, clínicos-médicos, ortopedistas, traumatologistas e enfermeiros são os especialistas que podem fazer a opção pela jornada extra na Secretaria de Saúde do DF. Quem cumpre atualmente 20 horas pode dobrar a jornada. Quem trabalha 40 horas pode elevar a carga até o teto de 60 horas.

**Estrutura**

O Hran possui cerca de 300 leitos ativos. Há 26 anos, o hospital foi construído para abrigar um total de 440 leitos. A ampliação, porém, não é possível devido à falta de estrutura física e de pessoal. São 10 leitos da Unidade de Terapia Intensiva (UTI) e 10 unidades de UTI Neonatal.

foi apenas um dos problemas que o Gabinete de Crise da Saúde encontrou na manha de ontem no Hran. Infiltrações nas enfermarias e equipamentos e elevadores quebrados foram outras

Sergio Dantus/GF



**As mudanças prometidas**

- » Reforma da unidade de quemados do Hran
- » Compra de três novos elevadores e manutenção regular das seis unidades existentes
- » Conserto do tomógrafo
- » Impermeabilização do prédio do hospital, a fim de resolver os problemas de infiltrações nas enfermarias
- » Contratação de novos profissionais de diferentes áreas da Saúde para o hospital no próximo concurso público da secretaria

## Dinheiro devolvido

A Secretaria de Saúde do DF terá de devolver R\$ 18 milhões ao governo federal. O recursos deveriam ter sido usados na última gestão para a compra de medicamentos de alto custo, o que não ocorreu. De acordo com o secretário de Saúde do DF, Rafael Barbosa, a forma como o pagamento será feito está sendo negociada com o Ministério da Saúde. "Assim como o Termo de Ajuste Sanitário com o Ministério da Saúde. Provavelmente, as quantias serão descontadas de forma escalonada dos pagamentos federais para o

to (UPAs) foram autorizados a aumentar a carga de trabalho em 20 horas, desde que não supere o teto de 60 horas estipulado por lei. A gratificação que receberão também deverá ser aprovada pela Câmara. A ideia é estender aos futuros servidores das UPAs a Gratificação por Condições Especiais de Trabalho (GCET) — cerca de 20% sobre o salário.

O Correio mostrou, no último domingo, um levantamento inédito com funcionários da Saúde no DF. Em questionário preenchido por 30 profissionais da rede, a maioria dos entrevistados apontou o déficit de recursos humanos como o fator que mais complica a rotina dos funcionários do setor. Eles argumentam que faltam médicos, enfermeiros e técnicos de enfermagem para atender aos pacientes de maneira adequada. Um total de 50% dos entrevistados indicaram que a contratação de pessoal para reforçar o quadro deveria ser uma medida de urgência.

A falta de pessoal, no entanto,

no Hiran. Implantações nas enfer-

marias e equipamentos e elevadores quebrados foram outras das deficiências constatadas. "As medidas aqui serão para melhorar a parte física. Vamos autorizar imediatamente a impermeabilização do prédio, já que temos infiltrações nas enfermarias. Também vamos ter três novos elevadores no hospital, já que dos seis que existem nenhum funcionava na semana passada", explicou Agnelo. O governador também garantiu que o tomógrafo do hospital, quebrado há seis meses, será consertado. Dos 12 equipamentos do tipo existentes atualmente na rede pública, só dois funcionam. A reparação do equipamento e o contrato para a compra dos novos elevadores serão providenciados hoje, segundo a Secretaria de Saúde do DF.

#### BURACO

Na Central de Material de Esterilização do Hiran, um buraco existente há quatro meses deverá



Agnelo encontrou um buraco de quatro meses de existência na Central de Material de Esterilização do Hiran

ser tapado. O problema na estrutura compromete a saúde dos pacientes, uma vez que o setor é responsável por evitar doenças, como a superbactéria *Klebsiella pneumoniae Carbapenemase* (KPC), dentro do ambiente hospitalar. Outra promessa do gabinete é a reforma da unidade de quimioterapia — ela ocupa o terceiro

andar do hospital —, em parceria com o Ministério da Saúde. Além do tratamento de queimaduras, o Hiran e referência em clínica médica do DF. Por dia, são atendidos 350 pacientes no pronto-socorro.

Para o diretor do hospital, Paulo Feitosa, em seis meses será possível oferecer aos pacientes um atendimento hospitalar de alto nível. "Hoje, ainda temos problemas com a falta de medicamentos e insumos cirúrgicos. Falta até anestesia para as cirurgias. Quando a Farmácia Central for restabelecendo a normalidade de seus serviços, a gente também caminhará no mesmo sentido", garantiu.

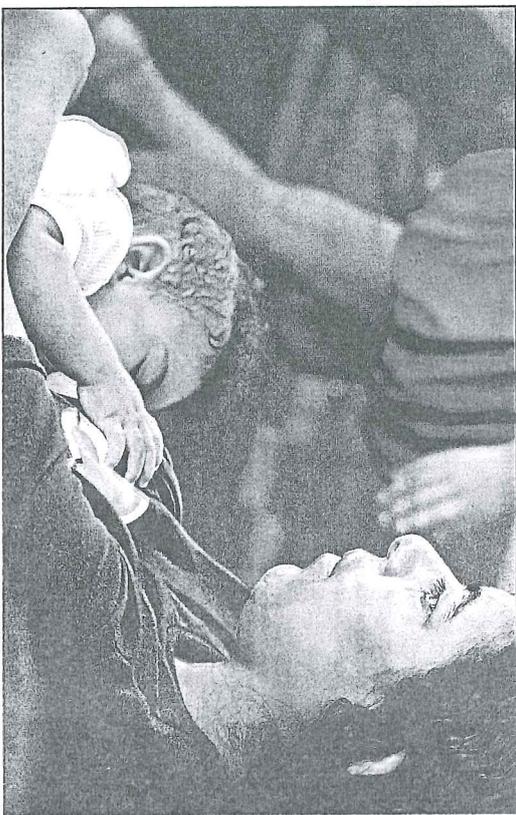
um atendimento hospitalar de alto nível. "Hoje, ainda temos problemas com a falta de medicamentos e insumos cirúrgicos. Falta até anestesia para as cirurgias. Quando a Farmácia Central for restabelecendo a normalidade de seus serviços, a gente também caminhará no mesmo sentido", garantiu.

# Dificuldade de atendimento em Santa Maria

» MARA PULIZ

O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios garantiu ontem o pagamento da verba rescisória para os 1,5 mil funcionários da Real Sociedade Espanhola Beneficência, autorizada pela Justiça do DF a prestar serviço no Hospital Regional de Santa Maria por mais 90 dias. O promotor Moacyr Rey disse que a decisão judicial não desobriga o Governo do Distrito Federal (GDF) a pagar os direitos trabalhistas de quem ficou ou optou em não continuar na unidade de saúde. "Todas as verbas trabalhistas serão pagas", afirmou. Enquanto isso, a insatisfação dos servidores e a falta de médicos tem gerado demora no pronto-socorro.

O governo local tem 10 dias para apresentar um plano de retomada do hospital para a gratuidade substituição dos profissionais e a contratação emergencial dos serviços pendentes. A decisão foi anunciada na última quinta-feira pelo juiz Domínguez Aparicio da Silva, da 8ª Vara de Fazenda Pública do DF, em caráter excepcional. Na sexta-



Carlos Vieira/ESP/CP/D.A. Press

A dona de casa Marlene tenta receber assistência médica há quatro dias por conta de um problema no braço

feira, o promotor esteve reunido com enfermeiros, técnicos em enfermagem e o pessoal do apoio administrativo do hospital. Do total de funcionários,

muitos não continuaram a trabalhar no último dia 21, quando o contrato de dois anos com a organização social terminou. Organizações que ficaram reclamam

das condições de trabalho e da disparidade de salários entre eles e os servidores públicos. Mesmo desempenhando a mesma função, um técnico de

enfermagem do GDF chega a ganhar três vezes mais do que um funcionário da Real Sociedade. Ainda trabalha 14 horas menos. Os funcionários têm a opção de serem contratados temporariamente pelo governo, até que as vagas sejam ocupadas por servidores públicos. Eles tentaram se reunir hoje com o secretário de Saúde do DF, Rafael Barbosa.

Ontem pela manhã, apenas um médico estava disponível, segundo informações obtidas pelos próprios pacientes. Quem esteve na emergência reclamou do tempo de espera. Com o braço esquerdo dolorido e acompanhada dos dois filhos pequenos gripados, a dona de casa Marlene dos Santos, 30 anos, não sabia se insistia na fila. Por quatro dias, ela tem tentado uma consulta no hospital de Santa Maria. "Eu tento consultar e não consigo. Meu braço não mece nem para um lado nem para o outro. Eles mandam a gente aguardar e nada. Ontem, eu esperei mais de quatro horas até chegar a mim a vez, só que me falaram que não tinha ortopedista", reclamou.

enfermagem do GDF chega a ganhar três vezes mais do que um funcionário da Real Sociedade. Ainda trabalha 14 horas menos. Os funcionários têm a opção de serem contratados temporariamente pelo governo, até que as vagas sejam ocupadas por servidores públicos. Eles tentaram se reunir hoje com o secretário de Saúde do DF, Rafael Barbosa.

Ontem pela manhã, apenas um médico estava disponível, segundo informações obtidas pelos próprios pacientes. Quem esteve na emergência reclamou do tempo de espera. Com o braço esquerdo dolorido e acompanhada dos dois filhos pequenos gripados, a dona de casa Marlene dos Santos, 30 anos, não sabia se insistia na fila. Por quatro dias, ela tem tentado uma consulta no hospital de Santa Maria. "Eu tento consultar e não consigo. Meu braço não mece nem para um lado nem para o outro. Eles mandam a gente aguardar e nada. Ontem, eu esperei mais de quatro horas até chegar a mim a vez, só que me falaram que não tinha ortopedista", reclamou.



Quantia que terá de ser devolvida pela Secretaria de Saúde ao governo federal

Sector Protocolo Legislativo  
SEM EFETIVO  
FOLHA Nº 19

Sector Protocolo Legislativo  
RRE Nº 195 / 2011  
Folha Nº 20

## Briga por vaga na UTI no DF vira caso de justiça

Saulo Araújo

Publicação: 08/05/2010 07:42 Atualização: 08/05/2010 08:13

A escassez de vagas em Unidades de Terapia Intensiva (UTI) nos hospitais públicos do Distrito Federal começa a se refletir na rede privada. Atualmente, um em cada três pacientes internados nessas alas dos estabelecimentos particulares é encaminhado pelo Sistema Único de Saúde (SUS), exatamente porque a rede pública não comporta toda a demanda. Dos 467 leitos de UTIs disponíveis nos hospitais privados, 111 são reservados a doentes que têm o tratamento pago com recursos do GDF. Esses atendimentos são possíveis graças à celebração de um contrato entre as partes, firmado em dezembro do ano passado. Outros 50 são ocupados por meio de determinação judicial - a média é mensal. Os números são da Associação de Medicina Intensiva Brasileira (Amib).

### Saiba mais...

Faltam também médicos anestesistas no Hospital de Base

Há carência de materiais básicos no Hospital de Base

Os hospitais públicos do DF possuem apenas 183 leitos de UTI para atender toda a população local e também a do Entorno. Com a quantidade extra de internações na rede particular, em casos pontuais, chega até mesmo a faltar vagas para quem possui convênio médico. "Os hospitais estão adaptados para receber o que foi acordado com o governo, mas as internações por força judicial, muitas vezes, fazem com que aqueles que têm convênio não consigam atendimento", ressalta a

gerente executiva do Sindicato Brasiliense dos Hospitais Particulares, Danielle Feitosa.

E a situação pode piorar ainda mais para quem não tem condições de pagar as parcelas de um convênio. Como antecipou o Correio no último dia 28, o GDF deve quase R\$ 60 milhões à rede privada, referentes a esses serviços. Há 10 meses, os recursos deixaram de ser repassados e os donos dos hospitais ameaçam romper o contrato com o governo caso a dívida não seja quitada.

O promotor de Defesa da Saúde, Jairo Bisol, garante que o Ministério Público vai intervir caso a parceria seja rompida. "Se houver ruptura, vamos entrar com um procedimento para recompor imediatamente esse serviço e depois pensaremos o que faremos em relação à dívida. A saúde é mais importante que dinheiro e deve ser tratada como prioridade", afirmou Bisol. Para ele, o caos que a saúde do DF vive hoje é reflexo da má administração pública e da corrupção. "O governo do DF enviou recursos para os municípios do Entorno para que eles melhorassem seus sistemas de saúde e os moradores evitassem procurar os hospitais de Brasília, mas esse dinheiro foi parar nas mãos de políticos", denuncia.

### Briga judicial

Na hora do desespero, quando se está com um parente em estado grave e a família não tem recursos para pagar um hospital particular, a recomendação é recorrer à Justiça. A Defensoria Pública do DF recebe todos os dias casos de pacientes que necessitam de atendimento emergencial e não conseguem por falta de vagas na rede pública. A defensora pública Alessandra Nogueira Pereira explica que, apesar da situação extrema, existe um processo que pode atrasar a ida do doente para a UTI de um hospital particular.

Ou seja, conseguir uma vaga em UTI por meio judicial não é uma situação tão simples. "O parente da vítima tem que pedir um relatório do médico sobre a situação do paciente. Nele, o especialista vai explicar que não há vagas na unidade em que trabalha e deixará claro que o paciente deve ser removido para uma UTI. De posse desse relatório, ele (o familiar) deve se dirigir ao órgão. Nós encaminhamos um pedido ao juiz e verificamos na Central de Regulação de Leitos (órgão da Secretaria de Saúde) se possui vaga em outro hospital público da cidade ou se o paciente deve ser conduzido a um hospital particular. Damos prioridade total a esses casos, mas o processo tem que ser esse", comentou Alessandra Pereira.

O representante da Amib no Distrito Federal, o médico intensivista Rubens Antônio Bento Ribeiro, defende que Brasília aumente a oferta dos leitos na rede pública. "Hoje, a maioria dos leitos está nos hospitais e nas clínicas privadas. A rede pública precisaria ter pelo menos três vezes o que existe hoje", opinou. Porém, ele ressalta que também deve haver melhoria em outras áreas da saúde. "Não adianta construir mais UTIs se não tem profissional. Essas unidades devem ser estruturadas para que o paciente tenha uma recuperação mais rápida", conclui.

### Onde estão as vagas

# Leitos na rede particular de saúde do DF: 467

# Rede pública: 183\*

# Pacientes do SUS atendidos em hospitais particulares por meio de contrato com a rede privada: 111

# Pacientes atendidos em hospitais particulares por meio de liminar: cerca de 50 por mês

# Dívida que o GDF possui com a rede privada de saúde: quase R\$ 60 milhões

# Segundo o Ministério da Saúde, o número de vagas em UTIs nos hospitais públicos e particulares precisa ser de 4% a 10% do total de leitos hospitalares. O que corresponde de um a três leitos de UTI para cada 10 mil habitantes

# Segundo censo da Associação de Medicina Intensiva Brasileira (Amib), o Brasil dispõe da metade de leitos em UTIs que o necessário

# O Distrito Federal ocupa o melhor colocado no ranking nacional, mas a maioria dessas vagas está na rede privada.

# O número na capital do país, segundo a Amib, é de 2,4 para cada 10 mil moradores



Setor Protocolo Legislativo

**SEM EFEITO**  
Folha Nº 20

Setor Protocolo Legislativo

RBR Nº 195 / 2011  
Folha Nº 21



Brasília

Setor Protocolo Legislativo  
 RR Nº 195 / 2011  
 Folha Nº 22

28/04/2010 15h00m

Dívida ameaça UTIs do DF

Setor Protocolo Legislativo  
 SEM Nº EFEITO  
 Folha Nº 21

O GDF tem uma dívida de R\$ 56 milhões com os hospitais particulares e, diante do atraso no pagamento, a rede privada ameaça parar o atendimento a pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS). O valor milionário se acumulou ao longo dos últimos dois anos, período em que o governo não repassou os recursos devidos por internações em leitos de UTI das unidades particulares. Agora, os empresários do setor pressionam o GDF a quitar os débitos e recorreram até ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Em reunião com representantes das clínicas privadas ontem de manhã, o governador Rogério Rosso (PMDB) prometeu encontrar uma solução para esse impasse.

Todos os dias, as unidades particulares de saúde recebem cerca de 100 pessoas cujas contas são pagas pelo **SUS(1)**. Cada leito de UTI na rede privada custa, em média, R\$ 1 mil. Nesse valor estão incluídos gastos com honorários médicos dos intensivistas, medicamentos e material hospitalar. Se o paciente estiver em estado muito grave e o caso exigir maiores investimentos, a conta pode ser ainda maior. Com base na média de pessoas internadas diariamente, é possível estimar os gastos mensais do GDF com a terceirização de leitos de UTI em pelo menos R\$ 3 milhões.

A falta de investimentos para equipar a rede pública é uma das causas do déficit de leitos nos hospitais do SUS no Distrito Federal. O Hospital de Base, por exemplo, deveria ter 80 leitos de UTI, mas a central que recebe pessoas em estado grave possui apenas 32 vagas. A realidade se repete em todos os hospitais públicos da cidade e, diante do déficit de leitos, muitos brasilienses precisam recorrer à Justiça para conseguir uma internação. Para cumprir essas decisões judiciais, a Secretaria de Saúde manda pacientes para hospitais privados.

O promotor de Justiça Criminal de Defesa dos Usuários de Serviços de Saúde, Diaulas Ribeiro, critica o atraso no repasse dos pagamentos aos hospitais particulares e ataca o que chama de "judicialização da saúde". Ele enviou um ofício à Secretaria de Saúde e ao novo governador pedindo informações sobre as providências que serão tomadas para resolver o problema. "A Justiça manda os pacientes para a UTI na marra, isso é internação compulsória. Na prática, isso representa um confisco, o que é proibido pela Constituição", critica Diaulas. "A Justiça manda bloquear leitos de hospitais e depois manda o GDF pagar a conta, quando e como quiser. Isso é um absurdo, é preciso acabar com essa indústria das UTIs privadas", cobra.

### Negociações

Só uma clínica no Lago Sul tem R\$ 9 milhões a receber do GDF. O Sindicato dos Hospitais Privados alega que esses valores são muito altos para as finanças de unidades de pequeno porte e que o atraso no pagamento pode levar o setor à quebradeira. A gerente-executiva da entidade, Daniele Feitosa, diz que os hospitais particulares têm interesse em manter os contratos com o governo, mas cobra pressa do GDF para uma solução definitiva. "Não temos nenhuma objeção na continuidade da parceria com o governo. Só queremos receber pelos atendimentos prestados", explica a representante do setor. "Depois de uma reunião, o governador nos prometeu um imediato levantamento das dívidas para pagamento", conta Daniele.

Para o promotor de Defesa dos Usuários do SUS Jairo Bisol, é preciso investir nos hospitais públicos para minimizar a dependência da rede privada. "O governo tem que multiplicar os leitos públicos de UTI, com contratação de pessoal e compra dos equipamentos necessários. Já está mais do que comprovado que a privatização da saúde não é o caminho", defende Bisol.

Em nota, a Secretaria de Saúde informou que, por determinação do governador, foi criado um grupo de trabalho que fará auditoria em todos os contratos com os hospitais particulares. O grupo inclui representantes da Secretaria da Fazenda e da Corregedoria Geral do DF. "Até o resultado final dessa auditoria, a Secretaria de Saúde não vai se pronunciar", diz a nota.

### 1 - Recursos públicos

O Sistema Único de Saúde (SUS) foi criado em 1988, pela Constituição Federal. O objetivo principal é garantir acesso à saúde de forma integral, universal e gratuita para toda a população do país. O SUS abrange desde os simples atendimentos ambulatoriais até os procedimentos mais complexos, como os transplantes de órgãos.

### Setor terá pacote de medidas

>>Noelle Oliveira

No segundo dia seguido despachando do Hospital Regional da Asa Norte (Hran), o governador Rogério Rosso (PMDB) divulgou ontem um conjunto de ações para tentar melhorar a rede pública de Saúde do Distrito Federal. Entre as medidas adotadas, o chefe do Executivo local assinou um decreto em que qualifica a Cruz Vermelha como organização social

para trabalhar ao lado do GDF em duas Unidades de Pronto Atendimento (UPA), uma em São Sebastião e outra no Recanto das Emas.

A previsão é que as unidades comecem a funcionar em dois meses. Toda a parte de equipamento e de pessoal será de responsabilidade da própria organização social. Cerca de 500 pessoas devem ser atendidas, por dia, em cada uma das unidades. "Serão atendimentos que vão deixar de sobrecarregar os hospitais. Caberá à Cruz Vermelha a responsabilidade de operar e prestar o serviço", afirmou Rosso. Entre as especialidades atendidas pelas unidades estarão clínica médica, ortopedia, pediatria e ginecologia.

O governador anunciou ainda que dará autonomia financeira para os hospitais e as regionais de Saúde. O objetivo é que problemas emergenciais e pontuais possam ser resolvidos sem ter que passar por trâmites burocráticos ou que exijam a aprovação da Secretaria de Saúde. Rosso fixou um prazo até sexta-feira para que um grupo de trabalho formado por profissionais do governo avalie como funcionará o novo modelo e apresente as sugestões para as regras de implementação. "Cada regional e hospital terá um suprimento de fundos para que possa ter autonomia em sua gestão, sem que tenha que esperar", disse Rosso.

O grupo será coordenado pela secretária-adjunta de Planejamento, Orçamento e Gestão, Jozélia de Medeiros, e conta com as secretarias de Saúde e Fazenda, além da Corregedoria-Geral do DF. Ainda no pacote de medidas emergenciais anunciadas estão a nomeação de 728 profissionais da Saúde para atuar nas áreas de apoio e atendimento da rede pública e a convocação imediata de 250 agentes comunitários de Saúde (leia quadro ao lado).

### **Confira a lista das medidas emergenciais anunciadas para a rede pública de Saúde do DF**

Duas Unidades de Pronto Atendimento (UPAs), uma em São Sebastião e outra no Recanto das Emas. A previsão é que as unidades comecem a funcionar dentro de dois meses.

Autonomia financeira para os hospitais e regionais de Saúde, a fim de que problemas emergenciais possam ser resolvidos sem a necessidade de autorização da Secretaria de Saúde. A medida inclui compra de pequenas quantidades de medicamentos, bem como consertos de equipamentos.

Início do funcionamento do laboratório do Hospital Regional de Taguatinga.

Inauguração da subestação de energia do Hospital Regional de Sobradinho.

Funcionamento do pronto-socorro obstétrico e da central pediátrica do Hospital Regional do Gama.

Distribuição de 700 bicicletas com palmtops para os agentes do Programa Saúde na Família.

Inauguração da unidade de odontologia do Hospital Regional da Asa Sul.

Prazo de 10 dias para o início do funcionamento, após a reforma, da farmácia de alto custo na estação do Metrô da 102 Sul.

Nomeação de 728 profissionais da Saúde para apoio e atendimento na área da Saúde.

Convocação imediata de 250 agentes comunitários de Saúde.

Aceleração dos procedimentos de informatização da rede pública de Saúde. Atualmente, 35% já estão informatizados. A meta é que os trabalhos sejam concluídos até o fim do ano.

Setor Protocolo Legislativo  
Nº  
Folha Nº 23

Setor Protocolo Legislativo  
Nº 195 / 2011  
Folha Nº 23

setembro de 2010. A gestão passada e as empresas hospitalares discordavam do valor de referência a ser levado em consideração no momento de calcular a fatura do paciente. Essas tabelas foram aprovadas “O problema é decorrente da autorização das diversas tabelas que compõem o custo no DF.

pele Conselho de Saúde do DF e foram licitadas. A tabela do SUS corresponde a aproximadamente 15% do valor da tabela licitada no DF”, explica Castelli.

O Ministério da Saúde repassa ao DF o valor previsto no regime de internação hospitalar do SUS. O restante é desembolsado pelo governo local. A ex-secretária de Saúde Fabíola Nunes estipulou que o pagamento fosse restrito ao limite do repasse federal, o que foi amplamente contestado pelos hospitais, uma vez que o contrato assinado prevê a utilização da tabela distrital. Um exemplo real do abismo entre os valores: uma fatura de internação calculada segundo a tabela regionalizada chegou ao montante de R\$ 113 mil. A conta baseada na tabela SUS corresponde a R\$ 3 mil, ou seja, apenas 2,6% do primeiro valor. Em média, o DF gasta R\$ 70 milhões por ano com UTIs particulares.

Um problema recorrente e que implica aumento de gastos é a permanência do paciente de alta na UTI. Os dois principais problemas são a ausência de vagas intermediárias no hospital de origem (primeiro atendimento) e a falta de meio de transporte para fazer a transferência. O último levantamento da pasta mostra que, em média, os pacientes permanecem 5,3 dias de alta na UTI ao custo — leia-se, prejuízo — de R\$ 3 mil por dia, ou R\$ 15.900 por paciente.

Tudo devido à falta de transporte do doente entre a unidade privada e um hospital público onde seja aberta uma vaga de UTI. Por isso, a Secretaria reservou duas ambulâncias de porte 3, a mais completa, exclusivamente ao traslado de pacientes, e criará 16 leitos intermediários no Hospital Regional do Paranoá para os chamados “pacientes egressos de internação”, que aguardam um lugar no hospital de origem. Outra medida é suspender o pagamento a hospitais particulares que façam a internação em UTI por determinação da Justiça. Nesse caso, a ideia é seguir o curso judicial.

Por enquanto, o governo Agnelo já desembolsou R\$ 10 milhões referentes a dívidas de 2009. O débito foi quitado porque já havia reconhecimento de dívida e previsão orçamentária. “Não podemos revogar esses contratos porque ainda não temos os leitos para acolher aos pacientes. Na medida em que eu conseguir ampliar a capacidade de internação (da rede pública), vou rescindindo os contratos. Preciso dar segurança aos pacientes. As medidas que tomamos ainda não serão suficientes para liquidar a dependência da rede privada. Estimo que precisaremos de um ano para isso”, alega o subsecretário. O tempo, justifica Castelli, é necessário para treinar o pessoal que atuará nas UTIs e para realizar as licitações para compra de equipamentos.

### Home care

A transferência de pacientes crônicos será outro passo na tentativa de aumentar a eficiência do uso das UTIs. “Queremos levar essas pessoas para casa, no sistema home care”, diz o subsecretário. Em breve, ficará pronto um levantamento da assistência social sobre quantos pacientes se enquadrariam no sistema de assistência médica domiciliar para abrir uma licitação. “Vamos tentar construir cômodos apropriados para aqueles sem condições”, explicou.

Entenda o caso

Setor Protocolo Legislativo

RD Nº 195 / 2011

Folha Nº 23

### Crise antiga

A crise nos leitos de UTI é antiga. No fim de abril de 2010, os hospitais particulares cobravam uma dívida de quase R\$ 60 milhões da Secretaria de Saúde referentes ao atendimento dos pacientes nos 125 leitos contratados pelo governo para dar suporte à demanda. Os empresários ameaçaram romper os contratos, mas não precisaram fazê-lo porque o então governador, Rogério Rosso (PMDB), prometeu sanar as dívidas. No início de dezembro, no entanto, os hospitais particulares voltaram a denunciar a falta de pagamento, que está acumulada em mais de R\$ 103 milhões. Diante da resposta da Secretaria de Saúde, que afirmava estar em dia com pagamentos desse ano e não dispor de previsão orçamentária para a quitar débitos de anos anteriores, os hospitais anunciaram a desativação dos leitos alugados, dando início a uma série de batalhas judiciais. No fim do ano, a equipe de transição e Rogério Rosso se reuniram e foi acertado o compromisso do

pagamento de R\$ 60 milhões, o que não ocorreu até o fim do ano. Atualmente, a Secretaria faz um levantamento da dívida e promete pagar apenas o que estiver dentro da lei.

Sector Protocolo Legislativo  
RD Nº 195 / 2011  
Folha Nº 24

# Fim da ganância com as UTIs

Autor(es): Ariadne Sakkis

Correio Braziliense - 07/02/2011

Sector Protocolo Legislativo  
RQ Nº 195/2011  
Folha Nº 25

*GDF pretende criar 102 novos leitos para acabar com a dependência dos contratos com hospitais particulares, cujo valor da diária é 237% superior ao pago pelo serviço terceirizado no Hospital de Santa Maria. Dívida anterior está sendo auditada*

O sistema de gerenciamento dos leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) da rede pública de Saúde, que também utiliza instalações de hospitais particulares, é um claro sinal do desperdício de recursos públicos. Pagamentos superfaturados, gastos desnecessários com medicamentos e exames, que deixaram uma conta de R\$ 103 milhões, são algumas das irregularidades que começam a ser combatidas pelo GDF.

A primeira medida adotada dá o tom do tamanho do desperdício. Pelo contrato firmado com a rede particular, o GDF desembolsava cerca de R\$ 3 mil por leito de UTI. No Hospital Regional de Santa Maria (HRSM), onde a estrutura é terceirizada, o valor pago era de R\$ 1.298. O novo governo renegociou o contrato e reduziu a diária para R\$ 890 — uma diminuição de 31,4%. Os R\$ 3 mil pagos aos hospitais particulares custam 237% a mais aos cofres públicos.

Nesse primeiro momento, a Secretaria de Saúde tenta reduzir o valor dos contratos, que estão sendo auditados. O próximo passo será desvincular-se da rede privada. A meta é abrir mais de 102 leitos até o fim do ano em cinco hospitais (veja quadro), implementar o sistema home care (internação em casa) para pacientes crônicos — o que abrirá mais vagas na rede pública — e renegociar as dívidas com os hospitais particulares.

De acordo com o subsecretário de Atenção à Saúde do DF, Ivan Castelli, o plano de ação tem várias frentes. A primeira é o aumento da capacidade da rede pública. Atualmente, o governo tem 119 leitos privados contratados. “Ainda somos dependentes. Nesse momento, esses leitos contribuem na transição de administração. Sem eles, a população ainda ficaria desassistida”, justifica.

O HRSM será importante na gestão e no incremento do número de leitos. Na unidade, serão abertos, dentro de 15 dias, 28 leitos semi-intensivos, que se somarão aos 66 leitos de UTI já disponíveis. Para lá, irão os pacientes crônicos, ocupantes de vagas em outros hospitais do DF. “Alguns desses pacientes estão nas UTIs há anos”, diz Castelli. Em outros quatro hospitais, serão 74 novo leitos, sendo que 20 formarão a primeira UTI coronária do DF, especializada no atendimento a pacientes com problemas cardíacos.

A UTI do HRSM é terceirizada e conta com 66 vagas. A diária de cada paciente custava, em média, R\$ 1.298. Castelli afirma que, após negociar com a empresa que permanece à frente da UTI por força de uma liminar, conseguiu baixar a despesa para R\$ 890, uma redução superior a 31%. Os 28 novos postos que serão abertos terão o mesmo custo. Nesse valor estão incluídos parte dos equipamentos, a assistência médica e a parte administrativa de faturamento.”

Entretanto, para dar condições de funcionamento aos 102 leitos novos, será preciso aumentar o quadro de recursos humanos. Eles estão incluídos nos 10,2 mil servidores que serão contratados até 2013, conforme o projeto de lei do Executivo que ainda depende da aprovação da Câmara Legislativa. O impacto anual na folha de pagamento do GDF será de quase R\$ 250 milhões.

## Dívida

A milionária dívida também está sendo discutida com os hospitais particulares. A gestão de Rafael Barbosa, atual secretário de Saúde, está fazendo um levantamento do real montante devido à iniciativa privada pelo tratamento de pacientes da rede pública em UTIs entre setembro de 2009 e